



ATA N.º 7

SESSÃO ORDINÁRIA

30 DE NOVEMBRO DE 2022

APROVADA NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17/02/2023

1h. 45.
Pedro

-----Aos trinta dias do mês de Novembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 09h30, no Cine-Teatro de Torre de Moncorvo, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia: -----

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 30 de Setembro de 2022; -----

1.2 Informação de Correspondência; -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município; -----

2 – Período da Ordem do Dia: -----

- **Ponto 1** – Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara [(alínea c) do n.º 2 do art. 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09];-----
- **Ponto 2** – Autorização para Contratação de Empréstimo a Curto Prazo para o ano de 2023; -----
- **Ponto 3** – Orçamento e Plano Orçamental Plurianual para o ano de 2023; -----
- **Ponto 4** – Repartição de Encargos de Empreitadas, Prestações de Serviços e Fornecimento de Bens;-----
- **Ponto 5** - Proposta - Designação de Júri do Procedimento Concursal Comum - Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau da Unidade Orgânica de Planeamento e Gestão Urbanística. -----
- **Ponto 6** – Alteração da Estratégia Local de Habitação; -----
- **Ponto 7** - Extinção da Associação de Municípios do Vale do Côa (AMVC). -----
- **Ponto 8** – Aquisição de energia elétrica em MT e BTE para 2023 - Aprovação do Protocolo que nomeia como mandatário do Agrupamento de Entidades Adjudicantes a CIMDOURO. -----

3 – Período de Intervenção do Público. -----

M
Pedro A.

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira; -----

-----Ângelo Miguel Jorge Oliveira (*em substituição de Fernanda Maria Lourenço Trigo Silva*); -----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes (*em substituição de Luís João Fernandes Dias*); -----

-----João Augusto Leal Leonardo; -----

-----Catarina Patrícia Valente Lopes; -----

-----Bernardo Pando da Silva; -----

-----Júlio César Rentes Frade; -----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Maria Emília Gonçalves Rego Lopes - Freguesia de Açoreira; -----

-----Vitor Manuel Queijo Pereira – Freguesia de Cabeça Boa; -----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais; -----

-----Luísa Maria Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----

-----Alexandre Correia Martins – Freguesia de Horta da Vilariça; -----

-----Luís Miguel Cascais Alves – Freguesia de Larinho; -----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa; -----

-----José Carlos de Sá Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo; -----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha; -----

-----Vitor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias Felgar e Souto da Velha; -----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores; -----

-----Patrícia Sofia Teixeira Neto – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos; -----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----José Manuel Rodrigues Aires; -----

-----Altina da Glória Lopes Pinto; -----

-----Fausto Edmundo Tiago; -----

-----Diogo Miguel Tomás de Oliveira; -----

-----Sílvia Maria Araújo Póvoa dos Santos; -----

-----Luís Miguel Lopes; -----

-----António Júlio Andrade; -----

-----**Presidente de Junta de Freguesia:**-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

Verificou-se a presença dos vinte e oito membros que compõem esta Assembleia Municipal. ----

lh
Pedro
Q.

Constituíram a Mesa: -----

Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----

Catarina Patrícia Valente Lopes – 2.ª Secretária.-----

-----**A CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o Sr. Vice-Presidente Victor Manuel da Silva Moreira e a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Meneses. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos dar início à reunião ordinária da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo. -----

la proceder à chamada. -----

Está toda a gente, estão os vinte e oito membros da Assembleia Municipal. -----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE SETEMBRO DE 2022. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Júlio Andrade** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Quem pretende inscrever-se para se pronunciar relativamente à ata da sessão anterior? Não há inscrições. -----

Irámos, então, à votação da ata. Não vota a ata o deputado Bernardo Silva, Afonso Menezes e Fausto Tiago, porque não estiveram presentes. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, **com 25 votos a favor, aprovar a “Ata da sessão ordinária de 30 de Setembro de 2022”**. -----

1h.
Pedro
Ed.



----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----O Presidente de Mesa: Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----O Deputado António Júlio Andrade: Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros amigos, companheiros de Bancada, companheiros da Oposição, público: -----

Sr. Presidente da Assembleia, sempre pensei ter visto o muro de suporte de terras em modo de floreira de betão, caído no inverno de 2016, nas proximidades do terminal de camionagem desta vila. -----

Sempre pensei que aquele muro que caiu fora construído pela firma Albano Paiva & Filhos, Lda.- Sempre pensei que o dito muro foi, depois, reconstruído pela firma Gualdim Anciães & Filhos, Lda. -----

Certamente eu estava enganado pois que, como consta da ata da última Assembleia Municipal, que agora acabamos de aprovar, se pode ler a seguinte informação, dada pelo Sr. Presidente da Assembleia: *"Foi-me dito que não poderá haver nenhum pagamento à firma Albano Paiva & Filhos porque não há nenhum contrato, não há nenhuma empreitada."* -----

Assim sendo, eu estarei enganado e resta-me pedir desculpa a V. Exa. e aos membros desta Assembleia por andar, desde há mais de dois anos, a pedir cópia de um pagamento de uma obra que, afinal, não existiu. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. -----

PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 284/2022 a 325/2022 inclusive. -----

-----O Presidente de Mesa: Quanto à informação de correspondência, está ali para consulta. - E ia falar precisamente do seu requerimento, que o Sr. Deputado entregou no dia 30 de setembro. Dizer-lhe que a informação que me chegou é que não há nenhuma empreitada relativamente à Firma Albano Paiva & Filhos. -----

Quanto aos outros requerimentos, há três requerimentos entregues pelo Sr. Deputado José

h.
Edo
Cl.

Manuel Rodrigues Aires, um deles relativamente ao Conselho Municipal de Juventude de Torre de Moncorvo. Foi-me dito pelo Sr. Vice-presidente que na reunião do Conselho Municipal de Juventude seriam dadas as respostas a todas as questões levantadas pelo Sr. Deputado, no respetivo Conselho Municipal. Este é o Requerimento n.º 14. -----

Quanto ao Requerimento n.º 15, não sei se já foi enviado, mas ser-lhe-á enviada a resposta escrita aos pedidos solicitados pelo Sr. Deputado. -----

Quanto ao outro requerimento, eu quis trazê-lo aqui hoje, que é o Requerimento n.º 16, que é a emissão do cartão especial de identificação, nos termos do art.º 16.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho. -----

Então, é assim: isto é uma Lei de 1987, que através da Portaria n.º 399/88 – como muito bem diz o Sr. Deputado – foram criados os modelos de identificação dos titulares de órgãos autárquicos. -----

Nesse sentido, eu peço a todos os Srs. Membros da Assembleia Municipal que o desejarem, que entreguem até ao final do mês de dezembro uma fotografia nos serviços de apoio à Assembleia Municipal. E depois passarão também, para combinar, passarão lá nos serviços para fazer a respetiva assinatura, ou mandar uma assinatura digital. -----

Portanto, fica a resposta ao Sr. Deputado José Aires, e extensiva a todos os restantes membros.- Quem desejar o cartão de identificação de titular do cargo de membro da Assembleia Municipal deve entregar a respetiva fotografia nos serviços de apoio à Assembleia, e combinar, depois, a data – não sei se poderá ser logo na mesma altura, se terá de ser outra data posterior, isso depois são aspetos logísticos – entregar a fotografia e fazer a respetiva assinatura, para terem o cartão de membro da Assembleia Municipal. -----

E penso que estará tudo. -----

PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO. ----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Sílvia Santos (PS)**, **João Leonardo (Coligação PSD/CDS)**, **Diogo Oliveira (PS)**, **Bernardo Silva (Coligação PSD/CDS)**, **António Júlio Andrade (PS)**, **José Meneses (Coligação PSD/CDS)**, **José Aires (PS)** e **Francisco Braz (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições. Dava a palavra à Sra. Deputada Sílvia Santos. -----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Muito bom dia. Cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, os restantes membros da Mesa, cumprimentar os Srs. e Sras. Deputadas, o Executivo, os Presidentes de Junta e os Srs. Funcionários. -----

Exmo. Sr. Presidente, teve esta Bancada conhecimento de que os deputados da Assembleia de Freguesia de Torre de Moncorvo solicitaram por variadíssimas vezes ao Executivo daquela Junta de Freguesia fotocópia de documentação relativamente à construção do Parque de Lazer e Merendas na margem esquerda do Rio Sabor, mas sem sucesso. Os mesmos deputados apresentaram queixa junto da CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, ao que a mesma veio condenar a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo a facultar, por reprodução ou por fotocópia, a documentação sobre o contrato relativo à construção do Parque de Lazer e de Merendas na margem esquerda do Rio Sabor. -----

Dir-me-á o Sr. Presidente: “Mas, o que é que o Município tem a ver com isso?” Pois, aí é que bate o ponto, Sr. Presidente, tem, e muito, porque uma obra daquelas, localizada naquele sítio, diga-se, em leito de cheia, teria que ter o parecer favorável do Município a que V. Exa. preside.- Pergunto: teve? -----

Desconhecerá por certo o parecer emitido, mas a existir, o mesmo estará nos documentos que os deputados da Assembleia de Freguesia de Torre de Moncorvo do PS solicitam ao Executivo.-

Pergunto: acompanha a decisão da CADA, uma instituição independente e imparcial, devendo assim a Junta de Freguesia facultar, no prazo de dez dias, fotocópia de todo o processo relativamente à construção do Parque de Lazer e Merendas na margem esquerda do Rio Sabor?- Ou aconselhará o Sr. Presidente da Junta de Freguesia visada a ocultar toda a documentação – a existir, claro – deixando que continue a pairar no ar e na opinião pública a possibilidade de eventuais ilegalidades e favorecimentos? -----

Sr. Presidente, em abono da verdade política, da transparência dos serviços públicos e, acima de tudo, do cumprimento da decisão da CADA, tirará V. Exa. as consequências políticas para o incumprimento por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo? -----
Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Alternando as inscrições, o Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Muito bom dia, Sr. Presidente da Mesa, Mesa, Executivo, Srs. Deputados, colegas, estimado público, funcionários. -----

Neste momento, quem se queira dirigir às urgências do Centro de Saúde de Torre de Moncorvo não tem urgências, ou seja, não existe, não há médico. Quem estiver doente tem que se deslocar para Foz Côa. -----

11.
Edio
Q.

Eu não sei, Sr. Presidente, eu gostava que isto fosse resolvido de vez, que pudéssemos tomar medidas, ou formas de protesto junto da ULS para isto se resolver de vez. Não pode ser que uma pessoa que esteja doente, que se queira deslocar, tenha que se deslocar com meios próprios a Foz Côa. -----

É só o que tenho a dizer. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Começo por cumprimentar o Sr. Presidente e os restantes elementos da Mesa, cumprimento todas e todos os deputados, o Executivo Municipal, os Presidentes e as Presidentes de Junta, os Srs. Funcionários e os membros do público. -----

Antes de começar a minha intervenção, e tendo em conta que eu não sei quantas intervenções farei nesta Assembleia Municipal, pretendo desejar a todos os membros do Executivo, a todos os membros desta Assembleia Municipal, aos funcionários e ao público aqui presente, aos respetivos familiares e a toda a população do nosso concelho uma feliz quadra natalícia e um próspero ano novo, e que 2023 traga mais afinco e inspiração ao Executivo, e para que o ano de 2023 não seja tão pobre como o de 2022. Feliz natal e feliz ano novo a todos. -----

Muito bem, caras e caros membros do Executivo, caras e caros membros desta Assembleia Municipal, Sr. Presidente: -----

Se bem se lembra, na penúltima Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais, Francisco Braz, trouxe aqui um discurso muito pomposo e encomendado sobre a niveladora, e disse que estava ao seu alcance responder a alguns assuntos sobre a mesma. ---

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais confirmou que as Juntas de Freguesia faziam a gestão da utilização de máquinas através de uma comissão constituída por três Presidentes, em colaboração com o Município. Foi referido que tem sido efetuado por V. Exa. um mapa de operacionalidade, e que o mapa pressupunha a seguinte calendarização: seria, por ordem, Castedo, Felgar, Carviçais e Mós. -----

Foi citado na penúltima Assembleia Municipal que num futuro breve seria constituída a nova comissão e seria entregue o mapa dos trabalhos. Sr. Presidente, o que significa um “futuro breve”? Para cada um de nós, “breve” significa pouco tempo, e talvez seis meses seja mais que suficiente; mas, para o Sr. Presidente, “breve” poderá ser doze meses, ou vinte e quatro meses, ou talvez mais meses ainda. Ou será caso para questionar que a nova comissão já foi constituída, e que ainda não deram resposta ao Requerimento n.º 3/2022, referente à data de 30 de maio de 2022? -----

1h
Pedro
Bl

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais, vamos ver se hoje, sem espaço nem tempo para sequer pestanejar, tem a mesma pomposidade para trazer aqui outro discurso encomendado. -----

Sr. Presidente, nós já sabemos que a Freguesia de Mós incomoda, mas, Sr. Presidente, volto aqui a referir: Mós, antiga vila medieval, é uma freguesia pertencente ao Concelho de Torre de Moncorvo. Mós existe – existe nos mapas, não desapareceu, nem existe notícia de que venha a desaparecer – pelo que importa aqui questionar se para V. Exa. existem freguesias de primeira, de segunda e de terceira, porque a niveladora anda em todo o lado e por todo o lado, menos por um, em Mós, que ainda não há sinais da sua existência. Até já questiono se a niveladora vem a tempo do natal, ou será apenas uma prenda de ano novo. -----

Sr. Presidente, é importante referir que quando o Partido Socialista governava o Município, a niveladora e o *bulldozer* iam duas vezes por ano a cada freguesia, e que agora, há quase dois anos que lhe perdemos o rasto. Sr. Presidente, acha que ainda lhe vamos encontrar o rasto em Mós? -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado Diogo Oliveira. Dava a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Sr. Presidente, muito obrigado. Cumprimentar, antes de mais, o Sr. Presidente da Mesa, o Sr. Presidente do Município, restante Executivo, deputados, estimado público, funcionários do Município. -----

Antes de começar, eu gostaria de desejar a toda esta sala uns bons trabalhos para esta manhã.- Acompanho também o desejo de boas festas do deputado Diogo – aliás, estendo isso a todos os munícipes de Torre de Moncorvo. -----

E gostaria também de reforçar este meu desejo para o Município continuar com afinco naquilo que é a execução dos seus programas, para se manter também no próximo ano na décima quarta posição dos resultados operacionais, segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Esse é certamente um resultado que nos orgulha. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado Bernardo Silva. Passávamos ao Sr. Deputado António Júlio Andrade. Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente da Câmara, até posso parecer uma cana rachada a repetir sempre as mesmas coisas, e a verdade é que desde há vinte anos – ou

11
Pedro
G.

mais de vinte anos – em cada mandato, eu trago aqui o assunto, que é o IP2. Está construído de Bragança até ao Algarve, exceto no Concelho de Moncorvo, estes oito quilómetros. ----- Aquilo que eu pergunto é: que diligências a Câmara tem feito para que o IP2 seja construído no nosso concelho. ----- É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado António Júlio Andrade. Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Muito bom dia a todos. Sr. Presidente da Assembleia, restante Mesa, Sr. Presidente e vereadores, estimado público, deputados, Presidentes de Junta, colegas, e funcionários, muito bom dia. ----- Relativamente àquilo que foi dito aqui sobre a Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, Sra. Deputada, eu acho que você deveria saber as duas versões, não saber só uma versão, porque senão está a faltar à verdade nesta Assembleia, e a faltar completamente à verdade. ----- Então, eu vou-lhe explicar, diretamente para si, para voltar a explicar aos deputados da Assembleia de Freguesia de Torre de Moncorvo. A documentação está toda na Junta de Freguesia – e não é só essa, porque os Srs. Deputados não pediram só essa documentação, você tem que primeiro saber que tipo de documentação é que eles pediram. Pediram as atas das reuniões de Executivo desde 2013 até à presente data. E eu até os questioneei: “Por que é que não pedem as atas anteriores?”, porque deveriam pedir também as anteriores. Mas, toda a documentação, inclusive do Parque de Merendas da Foz do Sabor, está na Junta de Freguesia. Foi solicitada documentação, por diversas vezes; a resposta da Junta de Freguesia é clara: uma data a agendar por V. Exas com o Executivo da Junta, e teremos todo o gosto em mostrar toda a documentação para consulta, até fazemos questão porque nos pautamos pela transparência.- Relativamente à obra, aquele espaço é da APDL – não sei se sabe, fica a saber, é da APDL. Nós temos autorização da APDL, temos o parecer do ICNF, da APA tudo documentado via email. O projeto foi elaborado pela Câmara Municipal, com o devido orçamento. Quando os Srs. Deputados pretenderem consultar a documentação, eu terei todo o gosto de estar na Junta de Freguesia, abrir-lhes a porta e explicar-lhes tudo, e a si inclusive também. ----- Agora, relativamente à obra em si, eu não percebo por que é que os Srs. Deputados da Freguesia do PS – e agora, extensível aos da Assembleia Municipal – estão contra aquela obra, contra aquele parque. O parque é bonito, é bem-vindo. Não sei se passou lá no verão, mas estava sempre com pessoas, com gente, com animação. Não consigo perceber. Vocês falam que há poucas obras no concelho, e quando as há, criticam-nas. Vocês têm que ver qual é que é a estratégia. Eu agora também já estou a reparar qual é a estratégia: já deixaram de lado o Sr.

Presidente da Câmara, e agora é malhar nos Presidentes de Junta. Mas, nós cá estamos para nos defendermos. -----

Sabe por quê? Porque esse instituto, se é independente, a Junta de Freguesia também é independente. Tem acesso ao parecer? Aí no parecer, o que é que lê? Isso é um parecer, correto? Não é uma obrigatoriedade, é um parecer. E agora, cabe à Junta de Freguesia entender se envia, se vai ter custos, se vai pôr um funcionário a imprimir para enviar para os Srs. Deputados, quando eles podem chegar lá – uma vez que até foi lá um deputado entregar em carta, ia lá, dizia que queria marcar o dia para consultar os documentos. É simples, é fácil. Aqui não estamos a encobrir nada. São essas situações, essas estratégias, que eu não consigo perceber. Mas, são bem-vindas, e nós teremos todo o gosto em esclarecer. -----

Quando for o Tribunal Administrativo a ordenar, que é o órgão competente para tal aí sim: “*Não, meus amigos, vocês têm que enviar a documentação*”, claro que enviamos, com certeza, não teremos nenhum problema e cumpriremos. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Para terminar, Sr. Deputado José Aires. -

-----**O Deputado José Aires:** Muito bom dia a todos. Cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa e os restantes elementos, cumprimentar as Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, as Sras. e Srs. Presidentes de Junta, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o restante Executivo, as Sras. e Srs. Funcionários, o público aqui presente. -----

Sr. Presidente, eu vim aqui para apresentar um protesto, para constar em ata. -----

-----**Protesto**-----

“Os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo vêm por este meio expressar a sua indignação e o seu veemente protesto pelo incumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e que passo a citar: -----

“A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação.” -----

Sobre os princípios ordenadores da contagem dos prazos administrativos / procedimentais, importa verificar o preceituado no Código do Procedimento Administrativo (CPA). Assim, o art.º 87.º do CPA estatui: -----

“À contagem dos prazos são aplicáveis as seguintes regras: -----

- a) O prazo começa a correr independentemente de quaisquer formalidades; -----*

- b) Não se inclui na contagem o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr; -----
- c) O prazo fixado suspende-se nos sábados, domingos e feriados; -----
- d) Na contagem dos prazos legalmente fixados em mais de seis meses, incluem-se os sábados, domingos e feriados; -----
- e) É havido como prazo de um ou dois dias o designado, respetivamente, por vinte e quatro ou quarenta e oito horas; -----
- f) O termo do prazo que coincida com dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte; -----
- g) Considera-se que o serviço não está aberto ao público quando for concedida tolerância de ponto, total ou parcial." -----

Assim, os prazos relativos à entrega da ordem do dia e da respetiva documentação das sessões e reuniões dos órgãos autárquicos são contados em dias úteis, onde não se incluem os sábados, domingos e feriados. -----

É por isso claro que a entrega da ordem do dia e da respetiva documentação da reunião ordinária da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada através do ofício circular n.º 58/2022 datado de 21.11.2022, deveria ter ocorrido até às 23h59m do dia 25 de novembro, na sexta-feira, e não como ocorreu, às 17h30 do dia 27 de novembro, no passado domingo. -----

A conduta adotada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de desprezo pelas normas e leis vigentes comprova, uma vez mais, o desrespeito que tem pelo órgão a que preside e pelos membros que o constituem, com a agravante de poderem vir a ser consideradas nulas e de nenhum efeito todas as deliberações tomadas nesta reunião. -----

Os membros do Grupo Municipal". -----

E irei entregar na Mesa, para ser anexado à ata. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

Não sei se houve algum pequeno atraso, admito que sim. Quanto a ser nulos, voltamos à questão jurídica: são nulos, ou são anuláveis? Não vamos entrar por aí, senão ainda teríamos que ter aqui uma aula de direito, e depois era complicado. -----

Evidentemente que se tentará cumprir os prazos, e tenta-se cumprir os prazos. Às vezes há imprevistos. Isto, por um lado. -----

Por outro lado, já começa a ser cansativo dizer que o Presidente da Assembleia está sempre numa situação de ilegalidade. Eu não pretendo ser o paladino do cumprimento de todas as legalidades, mas também tenham paciência, tenham pena de mim, também já começa a ser

13
Pedro
Ed.

abusivo, tantas ilegalidades, etc. Eu até tenho uma intervenção muito passiva, de repente parece que as ilegalidades do mundo são todas culpa do Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo. Penso bem que não. -----

Sr. Presidente, para responder. -----

Considera ofensa à honra? O Sr. Deputado é que tem que invocar, não sou eu. Ofensa à honra e à consideração? Faça favor, Sr. Deputado, tem cinco minutos. É o que está no Regimento, não vamos cometer mais uma ilegalidade. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, restantes membros, Presidente da Câmara, Executivo, Prof. Fausto, restantes membros deputados, colegas de Junta, e todos mais. -----

Sr. Deputado, vou virar-me para si diretamente, uma vez que me invocou a mim, na minha pessoa. Pensei duas vezes em fazê-lo; na minha ótica direta, não viria, porque acho que não me merece resposta. Mas, por respeito a todos os meus colegas de Junta, acho que o deveria fazer. Primeiro, este é um assunto, o da niveladora, que diz exclusivamente respeito aos Presidentes de Junta. Supostamente, V. Exa. aspirará um dia, se calhar, a ser Presidente de Junta, mas, para isso, digo-lhe, os princípios, acho que não são os melhores, vai ter que trabalhar muito – isto por experiência adquirida em oito anos no terreno. O seu Presidente de Junta poderá certamente dar-lhe algumas dicas, e não vai fugir disso. -----

Quanto a discursos pomposos, não faço, não me idolatro a mim, você é que os faz, todos pomposos, como deve ser.-----

Em questões de niveladora, a comissão foi eleita, o mapa foi enviado já há muito tempo a todos os Presidentes de Junta, foram considerados os devidos acertos com consulta junto dos serviços da Câmara, onde já tinha passado e deixou de passar – daí o salto do Castedo para Felgar, Carviçais, e a seguir Mós, deixando para trás Cardanha e Adeganha e Larinho, porque já andou lá, e retoma a sua operacionalidade normal. -----

A máquina, neste momento, está a operar pelas freguesias, por todas. Se perguntar a todos os Presidentes de Junta, todos eles lhe dirão, como lhe diz o seu Presidente de Junta, que são poucos dias, porque todos nós ambicionamos sempre mais, isso é uma prática comum. -----

Para finalizar, obrigado pela explicação, sobre o “futuro breve”, deu-me aqui uma explicação, uma aula de português gratuita, muito obrigado. Mas, digo-lhe com toda a sinceridade: foi completamente ridícula. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** E já agora, continuamos, então, com outra ilegalidade. Mas, agora, o Sr. Deputado tem direito a três minutos, se se quiser pronunciar. -----

lh
Sedho
G.

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito bom dia, uma vez mais. Obrigado, Sr. Presidente. -----

Por vezes temos a graça de dizer que trazemos discursos pomposos, outras vezes podemos também ter a graça de vir de mãos vazias e sem discursos pomposos para debitar aqui no púlpito e defender, não só a minha honra, mas a honra de todos os Moseiros. -----

E dizer mais uma vez que Mós faz parte do Concelho de Torre de Moncorvo. A niveladora deve ir a Mós. -----

E mais uma coisa que eu também pretendo dizer: o meu discurso não foi ridículo; o meu discurso foi assertivo. E mais uma coisa que também é fundamental aqui dizer é que os requerimentos devem ser respondidos, não é o Sr. Presidente de Junta que tem que dar resposta a isso. Mas, não pode dizer que é ridículo isso. Ridículo é uma atitude de não responder e ignorar os requerimentos. Mas isso não tem a ver com o Sr. Presidente de Junta da Freguesia de Carviçais. E, portanto, também da mesma forma que eu respeito todas e todos os membros desta Assembleia Municipal. Apesar de muitas vezes também ser vítima de *bullying*, maltratado, ridicularizado, e por aí adiante, nesta Assembleia Municipal, acho que todos os membros desta Assembleia têm direito a dar a conhecer as suas ideias, a debatê-las, e eu estou aqui para colocar as questões. E para além de ser Presidente da Assembleia de Freguesia de Mós, para além de ser deputado municipal, para além de ser Presidente da Juventude Socialista de Torre de Moncorvo, sou cidadão de Torre de Moncorvo e cidadão de Mós, e, portanto, também tenho o direito de saber e de obter respostas a todas e quaisquer questões. E é por isso que eu estou aqui, para colocar questões. E os Srs. Deputados, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, todos os membros aqui presentes, só têm uma responsabilidade: dar resposta a todas as questões que eu coloco, e todos os deputados municipais aqui. É preciso respeitar todos os deputados, e vocês também muitas vezes não têm respeito por nenhum dos deputados do Partido Socialista – até já apelidaram deputados de “*papagaios*”, agora tratam os deputados por “*ridículos*”. O que é que vem a seguir? -----

Mas, nós cá estamos para defender a população de Torre de Moncorvo e meter o concelho no rumo certo e no caminho certo, porque, de facto, o rumo certo não é virar à direita; é virar à esquerda, com as cores do Partido Socialista ao leme. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente. Muito bom dia. O tempo está de chuva, e, portanto, não vamos inflamar mais isto. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Presidentes de Junta, colegas de Vereação, Srs. Funcionários aqui presentes, e público aqui presente: -----

1h
Pedro
B.

Bom, duas ou três respostas às perguntas que merecem resposta, começando por dizer aos Srs. Deputados que estamos num processo de descentralização, e, portanto, o processo de descentralização também é feito da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia e para as comissões que as compõem. E, portanto, nós aqui devemos responder àquilo que merece ser respondido, dentro das competências e atribuições que são feitas. Nem eu responderia, obviamente, a um discurso político, seja ele de um lado ou de outro. Os discursos políticos são para ser feitos nos locais próprios, e não nas Assembleias Municipais, e muito menos neste ponto. -----

Portanto, dizer-vos o seguinte: claro que é preocupante o estado das urgências, eu próprio disse isso, e numa entrevista saída há poucos dias, disse que gostava que o serviço de saúde – que é aquele que mais preocupa os munícipes de Torre de Moncorvo – que conseguíssemos que o serviço de saúde, obviamente, fosse de agrado para todos os munícipes. -----

Nós, recordando-nos de 2007, em 2007, quando as urgências deixaram de funcionar, e apareceram os SAP's, os Serviços de Atendimento Permanente, uma das contrapartidas negociadas para o encerramento das urgências era os meios diferenciados de apoio, nomeadamente as ambulâncias (SIV e VMER). Obviamente, isso nunca foi concretizado, houve um encerramento, mas os custos que deveriam estar imputados a esse meio diferenciado nunca foram alocados ao Centro de Saúde de Torre de Moncorvo – estamos a falar de 2007. Houve a alocação das ambulâncias às SUB – neste caso, à SUB de Vila Nova de Foz Coa e à SUB de Mogadouro. -----

Tivemos duas situações neste período, uma avaria na SUB e outra pela pobreza que vivemos, diretamente do Ministério da Saúde não houve dinheiro para arranjar a ambulância que avariou, isto em Mogadouro. Tanto que o Executivo Municipal de Mogadouro se disponibilizou a arcar com as despesas, se fosse necessário, para substituir as peças que eram necessárias na ambulância. -----

Depois – coincidência, ou não – com a greve dos técnicos da VMER, durante o período de greve não houve esse meio diferenciado na população – os de Mogadouro já não tiveram que fazer greve, os técnicos, porque a ambulância estava avariada, fizeram os de Foz Coa, e deixou de haver esse meio diferenciado aqui em Torre de Moncorvo – em mais zonas, mas aqui em Torre de Moncorvo. -----

E, portanto, esse é um problema que nos deve preocupar a todos, obviamente que é, mas não podemos dizer mais do que isto, e dar a conhecer à administração da ULS este problema, porque, primeiro, na descentralização, a parte dos serviços de saúde não entra neste pacote de descentralização para as autarquias, porque nós não somos parte da ACES, mas sim de uma ULS, e as ULS ficaram fora da descentralização. Portanto, compete ao Estado, compete ao Ministério da Saúde prover todas as medidas para que vá ao encontro do verdadeiro Serviço

h.
Pedro

Ed.

Nacional de Saúde e da satisfação das necessidades dos munícipes – neste caso, nem é dos munícipes, é dos cidadãos de Portugal, porque são eles, na realidade, e todos pertencemos ao Serviço Nacional de Saúde. -----

E, portanto, essa é uma reivindicação que deve ser feita por esta Assembleia Municipal, e muito bem, ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da ULS, bem como ao Ministro da Saúde, sendo certo que, em termos dos Municípios do Distrito de Bragança Sul – Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta e Carrazeda de Ansiães – nós nem chamados somos para a indicação e votação do vogal do conselho de administração que são as autarquias que votam. Nós, estes três Municípios, não somos chamados a isso. E por quê? Porque na divisão administrativa, que ainda está por distrito na ULS, a votação está por CIM's. E, portanto, nós pertencemos à CIMDouro, e não às Terras de Trás-os-Montes, não votamos. -----

Por isso, mais uma vez, eu, como já o afirmei publicamente, não sei que necessidade é que Torre de Moncorvo, bem como Carrazeda e Freixo – mas, eles farão por eles – temos de pertencer à ULS. Eu estaria já numa disposição de pertencer a Vila Real. E aí, a NUT estaria de acordo com aquilo em que já estamos. Aliás, se virem agora, a Proteção Civil vai passar para essa divisão administrativa. -----

Portanto, essa é uma boa pergunta, acho que é uma pergunta que a Assembleia Municipal – se houver acordo, tanto melhor – devia realizar e dirigir ao Sr. Presidente do Conselho de Administração, com conhecimento ao Sr. Ministro da Saúde, e por que é que os subsequentes e consecutivos Governos nunca aplicaram a medida que, no fundo, fundamentou o fecho das urgências. E quanto a isso, depois, o resto será a organização interna de cada um. -----

Sr. António Júlio Andrade, a questão do IP2 é uma questão que pode ser reiterada e é bem-vinda. Aliás, nós, desde reuniões com o Sr. Ministro das Infraestruturas, com o Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal, e na CCDDR, com um projeto que agora lançámos novamente, de entender que é um eixo estruturante – dentro da perspetiva europeia – quer para a área de acolhimento empresarial, quer como para uma área onde poderá haver investimentos turísticos – é assim que está no novo regulamento, e estamos aqui a falar, obviamente, da Foz e da Junqueira – esse eixo deveria ser consagrado como uma estrada prioritária, e portanto, com medidas excecionais, em termos de apoios. O alcatrão, como os tecnocratas de Bruxelas chamam, só está consagrado em duas ou três situações: uma, a famosa last mile, ou seja, o último quilómetro de uma área empresarial, que no caso, Portugal pode ir até aos três ou quatro quilómetros, e a outra, que haja, de alguma forma, uma medida estruturante dentro daquele eixo que possa permitir o desenvolvimento, quer turístico, quer de negócio. -----

E, portanto, nós candidatámos com a Foz do Sabor, para fazer também o que já enviámos, na altura, a este Ministro, mas no anterior Governo, sobre a ponte da Foz, bem como o IP2 ser a chamada estrada estruturante. E também com outra medida, que seria, juntamente com o

M.
Pedro
Ed.

Município de Freixo de Espada à Cinta, fazemos uma candidatura em termos das estradas, com prolongamento àquilo que nós chamamos de regiões transfronteiriças, e que também está plasmado neste novo documento, no 2030. A ideia será fazer essa, mas não com as notícias que vimos agora a público, que as estradas transfronteiriças poderão ser abertas ao território nacional. E eu não percebo – quer dizer, percebo – a necessidade de os Municípios do litoral poderem ter necessidade de estradas, não percebo é que se possam candidatar às mesmas. Transfronteiriças, deveria ser no local onde há efetivamente fronteira. -----

Portanto, esta é a razão por que consecutivamente temos feito. Não percebo também a Infraestruturas de Portugal do Distrito de Bragança – vamos falar assim, porque ainda é por distrito. Ou não vê, ou não quer ver, porque é por demais evidente, e fruto também das medidas que o próprio Executivo lhe dá a conhecer, que aquela estrada está impraticável. Desde logo, não se percebe como é que, tendo havido o incremento financeiro com a construção da barragem, aquele troço não foi um dos que deveria ter tido medidas implementadas sobre a degradação a que foi sujeito para construção da barragem – desde logo com isso. -----

Entretanto, está pré-agendada – pré-agendada, porque nós nunca sabemos se se mantém – para a semana do dia 13, entre 12 e 16, mas está, em princípio, pré-agendada para o dia 13, com o Sr. Presidente do Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal. Tem um item, que é o IP2, tem outro que é o IC5 e não haver cobertura de rede no IC5 também. E, portanto, são estes os temas, telecomunicações, IC5 e IP2. Se houver essa reunião e trazer mais alguma novidade, digamos assim, cá estarei na próxima Assembleia para lhe dar conhecimento. -----

Mas, o IP2, como outros temas, é sempre bem-vindo. -----

Quanto ao protesto, dizer só que, obviamente, não me metendo nas competências e atribuições da Assembleia Municipal, mesmo assim, tendo em atenção o que o Sr. Deputado falou, houve sessenta e quatro horas úteis antes de receberem os documentos. Portanto, estive aqui a fazer a conta – tendo em conta o que foi dito no protesto, atenção – houve sessenta e quatro horas úteis, pelo que a alínea das quarenta e oito horas úteis estaria mais que aprovada. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Passamos ao Período da ordem do dia. -----

----- 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 — APRECIACÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires** (PS), **Sílvia Santos** (PS),

João Leonardo (Coligação PSD/CDS), **Diogo Oliveira** (PS), **Bernardo Silva** (Coligação PSD/CDS), **Luís Miguel Lopes** (PS), **Francisco Braz** (Coligação PSD/CDS), **António Júlio Andrade** (PS) e **José Meneses** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dava novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. Prescinda? Então, iríamos abrir as inscrições para as intervenções. Eu vou recapitular, para ver se está toda a gente inscrita: João Leonardo, José Aires, deputada Sílvia, deputado Diogo, António Júlio Andrade, Luís Lopes, deputado Bernardo Silva e Francisco Braz. Está toda a gente inscrita? O Deputado José Meneses também se inscreveu. -----
Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Sr. Presidente, comparando este relatório com o anterior, V. Exa. já deu por concluídas algumas obras em que a realidade demonstra o contrário. Por exemplo, a obra de reabilitação do Largo da Corredoura, Largo do Ferreiro, obra participada pelo Programa PARU – Norte 2020, ainda não está acabada. Uma boca-de-incêndio continua por resolver, necessita de ser subida, e o buraco escavado à volta constitui um perigo para quem circula a pé. Há meses que a situação se mantém. Veem-se materiais abandonados no espaço urbano, no perímetro da obra, pranchas de andaimes, tubos, baias sinalizadoras, etc. Isto quer dizer que o empreiteiro abandonou a obra, ou vai reparando ao longo do tempo, conforme lhe dá jeito? E a candidatura já foi fechada? A obra já foi paga totalmente? -----
E a obra de requalificação do centro histórico? Só em meados deste mês procederam à retirada dos postes de cimento, mas ainda se encontram por acabar alguns trabalhos. Digo isto porque me basta ir à janela do meu quarto para ver os cabos elétricos estendidos no chão, e um poste retirado, que aguarda a colocação de um poste de tubo quadrado de ferro, igual aos demais. ---
E os remates e reparações dos danos causados nos imóveis particulares no decorrer destes trabalhos também estão por fazer. -----

Das obras em execução que constam na sua informação escrita, destaco a obra de requalificação e modernização das instalações da Escola Básica e Secundária de Torre de Moncorvo. A candidatura FEDER – Norte 2020, com 3.049.588,16€ de valor elegível, terminou a 30 de junho de 2022. Pela Câmara Municipal foram-lhe concedidas duas prorrogações do prazo – a primeira, até 31 de dezembro de 2021, e a segunda, até 31 de março deste ano – sendo o motivo invocado o mesmo, a Covid-19. De realçar que a 3 de setembro de 2021, a Covid-19 era pandemia, e em 3 de dezembro de 2021, passados três meses, a situação agravou-se e passou a epidemia. Se não acreditam, vejam as atas. -----

No dia 28 de janeiro deste ano, foi aprovada uma revisão de preços dos trabalhos contratuais, no valor de 108.513,23€, relativos aos autos de fevereiro de 2020 e junho de 2021. Sr.

1h.
Pedro
CA.

Presidente, tendo em conta que a escola se encontra em funcionamento, isto quer dizer que a obra foi recebida parcialmente? -----

Se a obra tivesse terminado de acordo com o cronograma e programa de trabalhos apresentados pelo empreiteiro no segundo pedido de prorrogação de prazo, a receção provisória da obra teria tido lugar no passado dia 31 de março de 2022. No entanto, o bloco polivalente continua em execução. Foi concedida nova prorrogação do prazo? Para quando a conclusão da obra? É mais uma obra sem fim à vista, ou será mais uma que antes de o ser, já o era? -----

O Sr. Presidente passa a vida a queixar-se da demora do pagamento dos valores da comparticipação por parte das entidades estatais, mas há três anos atrás, o Sr. Presidente mandou fixar uma lona em frente ao portão da entrada principal da escola, dando conhecimento de que o dono da obra é a Câmara Municipal, que foi adjudicada pelo valor de 2.798.853,36€, mais IVA, à empresa Manuel Joaquim Caldeira, Lda., com o prazo de execução de quatrocentos e oitenta dias. Para quem lê tal cartaz, fica com a ideia de que a obra será paga na totalidade pela Câmara Municipal. Chama-se a isto informação enganosa. A obra é comparticipada em 92,5%, cabendo ao Município suportar os restantes 7,5%. -----

De acordo com as regras dos apoios comunitários, deveria existir em local visível um placard contendo todos estes dados, para não induzir o público em erro. Será por esta condição básica não estar a ser cumprida que os fundos demoram a chegar? -----

Muito mais haveria para falar sobre esta matéria das empreitadas, mas como o tempo de intervenção é limitado, terei de ficar por aqui. -----

De realçar no seu relatório outro assunto que V. Exa. vem dar conta, a primeira reunião consultiva da revisão do Plano Diretor Municipal, comissão a quem compete o acompanhamento continuado dos trabalhos de revisão do PDM. -----

Sr. Presidente, ao fim de seis anos e cento e sessenta e oito dias – volto a repetir, seis anos e cento e sessenta e oito dias – finalmente vai acontecer a primeira reunião da comissão consultiva. Para que percebam do que estou a falar, a Câmara Municipal, em reunião de Câmara de 17 de junho de 2016, deliberou dar início ao procedimento de revisão do PDM, pelo prazo de três anos. Só passados mais de onze meses, a 26 de maio de 2017, o Sr. Presidente mandou publicar em Diário da República o início da revisão do PDM, passo necessário para passar à fase seguinte. É então que a 13 de outubro de 2017, o Presidente da CCDR Norte publicou em Diário da República a constituição da comissão consultiva do PDM de Torre de Moncorvo. -----

Nesses três anos, ao que parece, nada foi feito. Digo isto porque a 7 de junho de 2019 – ou seja, mil, cento e sessenta e oito dias após a deliberação de 2016 – o assunto volta a reunião de Câmara, que volta a deliberar prorrogar o prazo por mais três anos, invocando o atraso na entrega da cartografia, prazo que terminou a 28 de agosto de 2022, há três meses atrás. -----

Sr. Presidente, passado todo este tempo, que razões tem a apresentar que justifiquem o atraso

11
Pedro
Q.

na elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal? Tendo em conta que não foi cumprido o prazo limite de 14 de julho de 2020, prazo por si referido na reunião da Assembleia Municipal de 27 de junho de 2016, para quando a conclusão da revisão do PDM, e quais as penalizações e consequências que podem advir para o Município pelo incumprimento dos prazos legais? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sra. Deputada Sílvia Santos, faça favor. -

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Gostaria de começar por me dirigir ao Sr. Presidente da Câmara, com o intuito de perceber algo mencionado na reunião de 30 de setembro, na ata anterior, pág. 37. Deu o exemplo da Câmara de Cascais, que consegue ter os transportes todos gratuitos só com a receita da publicidade, mas referiu que a Câmara gasta à volta de 1.000.000€ em transportes públicos. Correto? Não terá o Sr. Presidente que se reinventar e procurar receita, quem sabe da publicidade da feira medieval? -----

Agradecia que fossem apresentadas as contas, para que todas e todos possamos perceber qual é exatamente o tipo de investimento feito pelo Município neste setor. Gostaria inclusive de saber também qual a opinião do Sr. Presidente relativamente à inclusão social. Como sabemos, os autocarros não têm acessos para pessoas com limitações físicas. Qual é a solução, Sr. Presidente? Continuar a investir milhões em empresas privadas, que não disponibilizam dignidade aos nossos idosos? Para quando a solidariedade para com estas pessoas? Porque aqui já não falamos de privilégios, ou de questões exorbitantes; falamos de amparo, auxílio e companheirismo, mas sobretudo de dignidade. -----

É necessário apoiar estas pessoas que tanto contribuíram e continuam a contribuir para o nosso concelho. E também de salientar que os transportes são escassos, e no tempo de férias escolares, chegam mesmo a faltar. E ainda mais grave, há crianças do pré-escolar sem transporte, só poderão frequentar a escola as crianças cujos pais tenham carro próprio, privilégio que não é para todos, até porque comprar carro, para alguns, é sinal de ostentação. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Ora, da informação escrita do Sr. Presidente destacamos a realização de um encontro de idosos na Foz do Sabor, a abertura da época balnear nas piscinas cobertas, a realização do campeonato do mundo de pesca em caiaque, nos Lagos do Sabor, e o apoio à pesca nos Lagos do Sabor. Isto, sim, é promover e dinamizar o turismo, o concelho e a região. -----

1h.
Pedro
Bl.

Não queria deixar de lembrar que neste mês de dezembro, de dia 1 a 31, realiza-se a Festa da Boa Nova, onde estarão presentes o Mercado de Natal e o Espaço da Criança. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Através da análise da informação presente neste ponto, verifica-se a inexistência do principal ponto que caracteriza o seu mandato – e não só deste último ano, mas de todo o seu mandato.- Como sabe, Sr. Presidente, contra factos não há argumentos. Eu sei que o Sr. Presidente compete muito bem com o Sr. Deputado José Meneses – o Sr. Deputado, nas aulas do ter palco, o Sr. Presidente, nas aulas do ilusionismo. A questão é que não sei qual dos dois é mais pobre de ideias, se é o Sr. Presidente, se é o que aspira um dia a sê-lo. -----

Pois bem, Sr. Presidente, o Instituto Nacional de Estatística, no dia 28 de julho, divulgou os resultados preliminares do 16.º Recenseamento Geral da População e 6.º Recenseamento Geral de Habitação, Censos de 2021. Nesses resultados preliminares, foi revelado que a população residente em Portugal é de dez milhões, trezentas e quarenta e sete mil, oitocentas e noventa e duas pessoas. Verificar que na última década, Portugal registou um decréscimo populacional de 2%, e foi acentuado o padrão de litoralização e concentração da população junto da capital. ----

Sr. Presidente, sabe qual foi o crescimento da população do Concelho de Torre de Moncorvo? Eu digo-lhe, foi de menos 20,4%. Sr. Presidente, repito, foi de menos 20,4%. Ou seja, não houve um crescimento, mas sim um decréscimo. Conseguiu um feito memorável, ficar no Top3 dos concelhos, mas no dos concelhos de maior decréscimo populacional. -----

Sr. Presidente, poderíamos ficar por aqui, mas nos últimos dias tornaram-se públicos os resultados dos Censos de 2021 – os resultados finais. Os resultados referentes à população residente são de dez milhões, trezentas e quarenta e três mil, e sessenta e seis pessoas, e verificou-se um decréscimo populacional de 2,1%. Se os resultados previsionais eram maus, o resultado final consegue ser ainda pior. Segundo os resultados divulgados pelo INE, e presentes também na imprensa – como por exemplo, o jornal Mensageiro de Bragança – todos os concelhos do Distrito de Bragança tiveram uma perda populacional, e o Concelho de Torre de Moncorvo surge no primeiro lugar do ranking. -----

Sr. Presidente, questiono: como se sente com o cataclismo que aconteceu no nosso concelho?-

Sr. Presidente, o que perspectiva fazer para dar resposta a esta perda demográfica? -----

Na informação disponibilizada para análise, e mais propriamente na parte relativa às obras em execução, ainda agora ando aqui à procura: onde se encontra presente a obra do arranjo urbanístico do espaço anexo ao Miradouro de Mós? Não diga que já se esqueceu da obra, não

1h Pedro

digam que se voltou a esquecer que a antiga vila medieval de Mós faz parte do Concelho de Torre de Moncorvo. Não digam que se esqueceu, Sr. Presidente. É incrível como se esquece tão rápido. Por isso, para o ajudar a reavivar memórias, é que sinto necessário vir aqui, em todas as Assembleias Municipais, falar sobre esta obra, é que já se passaram mais de cento e oitenta dias, Sr. Presidente. Já se encontra concluída? O Sr. Presidente, enquanto dono de obra, tem acompanhado a obra? Quantas vezes já se deslocou à Freguesia de Mós para fazer esse acompanhamento? Quantos mais cento e oitenta dias o Sr. Presidente precisa para a conclusão da mesma? Não se esqueça que não é à janela do Município que se faz política, Sr. Presidente; o acompanhamento físico é fundamental. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Bernardo Silva, faça favor.-

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente às últimas intervenções, eu vou mudar aqui um bocadinho o ambiente, e falar efetivamente de coisas que creio que nos orgulham, enquanto Moncorvenses. -----

E começaria desta forma, a parabenizar a Escola Municipal Sabor Artes, que se encontra aqui ao nosso lado, por ao longo deste último ano letivo ter recuperado o número de alunos para um nível de antes da pandemia, e ter atingido o seu maior número de alunos desde há cinco anos. Esse é um fator do trabalho que a nova Direção técnica, os professores, funcionários e executivos implementaram ao longo deste último ano. -----

Para além disso, Sr. Presidente, a escola tem-se transformado, e muito bem, novamente num emblema cultural do Município, participando em diferentes atividades nas nossas freguesias, concelhos vizinhos, foram mais de quarenta participações ao longo do último ano, a escola é, efetivamente, um símbolo da nossa terra, e que nos representa, e muito bem. -----

Mesmo tendo em conta estes resultados, eu acompanho a opinião de a escola ser mais divulgada, e mesmo que esteja programada a sua divulgação junto a escolas e nos concelhos limítrofes, sugiro também a criação de um repositório digital onde a escola possa ter o seu espaço de divulgação e registos. -----

Para além disso, vão-me permitir aqui uma nota, que foi referida na anterior Assembleia, mas por questões pessoais, não pude comparecer. Também dar aqui um cumprimento à Sra. Deputada Altina, por causa da excelente participação da Lara, foi um orgulho vê-la a representar o nosso território. Muitos parabéns. -----

Retomo também um tema que acho de enorme relevância para o Município, no ambiente cultural do nosso território, que são as residências artísticas. Referi na Assembleia de 30 de junho de 2022 sobre a possibilidade de se desenvolver e potenciar este tipo de dinamismos culturais, e

11.
Pedro
P.

passados quase seis meses, verifico, Sr. Presidente, que possivelmente esta é uma prática para manter. Com o projeto Vivificar, estiveram no nosso concelho, assim como em duas freguesias, nomeadamente a Açoreira e a Cardanha, artistas que por aqui viveram durante mais de um mês, em contacto com a comunidade. No fim deste período, apresentaram em cada um dos territórios os frutos dessa estadia cultural, em contacto com a população. -----

Parabenizo, sim, este tipo de projetos, é assim que levamos a cultura às nossas aldeias, às nossas freguesias, e creio efetivamente que pode ser mais um braço cultural do nosso Município para manter e desenvolver. -----

Cumprimento também todos os fregueses de Carviçais, aqui na pessoa do Sr. Presidente Francisco Braz, que no passado dia 19 assinou a carta de compromisso de adesão à Rede de Aldeias de Portugal. A adesão a esta rede, que conta com mais de oitenta e três aldeias classificadas, posiciona Carviçais – e Torre de Moncorvo, obviamente – a nível nacional como um local de preservação histórica e onde o turismo pode ser ainda mais um fator de desenvolvimento territorial. -----

Abordando a área social e de inclusão social, não poderia deixar de falar das “Quintas-feiras do Reboredo” e “Reboredo Ajuda”, um programa de ajuda direta, de mil e quinhentos quilos de lenha, que correspondem mais ou menos a 300€ por cada munícipe, para o aquecimento das nossas casas, uma medida de elementar importância no contexto em que vivemos, com a inflação a subir para níveis inéditos e os preços dos bens essenciais a disparar. O Município coloca-se, e bem, ao lado de todos os munícipes e disponibiliza esta ajuda até 27 de abril de 2023. -----

De salientar também que a medida, embora generalista, também é específica, nomeadamente para os munícipes em risco de pobreza ou exclusão social, onde o próprio Município vem entregar a lenha a casa das pessoas. -----

Como disse Fernando Alves, no artigo que escreveu na TSF, é efetivamente – e passo a citar – *“um gesto que aquece o coração”*. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Lopes:** Muito bom dia a todos, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Bancadas, estimado público, funcionários do Município. Antes de começar a minha intervenção, só aqui um pequeno aparte, relativamente à intervenção aqui do Bernardo. Sr. Deputado, é evidente que todos nós gostaríamos de viver no paraíso, o paraíso até é lá mais abaixo, e você mora na Rua do Poço. É evidente, o Sr. Presidente está

aqui, faz coisas boas, mas também há coisas más. Nós temos que conseguir contrapor estas duas situações. Até lhe ficava bem a si, que mora na Rua do Poço, em vez de ser o deputado José Aires a falar da questão do projeto daquela obra que ali está, que não sabemos o que é que se passa ali com aqueles fios, ficava-lhe bem ser você a perguntar isso ao Presidente, porque você também mora lá. -----

“Excelente intervenção”; no entanto, temos de conseguir contrapor a balança, digo eu. Acho eu, nem é mau, nem é bom; temos de conseguir, pronto, é tão simples quanto isso. Torre de Moncorvo não é o paraíso, tomáramos nós que fosse. -----

Bem, em primeiro lugar, quero dar os parabéns à Freguesia de Carviçais, na pessoa do Sr. Presidente, por passar a fazer parte da Rede das Aldeias de Portugal. Sr. Presidente, parabéns, e parabéns à Freguesia de Carviçais. -----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, também uma palavrinha para si: vai fazer agora um ano que fazemos aqui, no Cineteatro, as reuniões. Se há um ano entendia que deveria ser aqui, devido à crise pandémica, agora não percebo por que razão não poderão ser no Salão Nobre dos Paços do Concelho. Até já há quem diga que vai passar a ser um museu dedicado ao séc. XIX, é que o mobiliário já lá está, é um mobiliário do séc. XIX, mas ao preço do séc. XXI. São prioridades e opções deste Executivo para o nosso concelho. -----

Adiante. Foi um ano de Oposição difícil, mas construtiva, onde a maior dificuldade esteve em perceber as respostas que me iam dando às questões que ia colocando. As respostas eram praticamente sempre de três maneiras: respondiam, mas não acrescentavam nada; pergunta alhos e respondiam bugalhos; ou simplesmente não respondiam. -----

Sr. Presidente, eu não estou aqui para dizer “*não*” quando você disser “*sim*”, nem dizer “*sim*” quando você disser “*não*”. No entanto, há temas e decisões com as quais não concordo consigo – por exemplo, quando você quer responder a algumas questões e leva o seu discurso para dizer que os Governos do PS pouco ou nada investem no nosso distrito e concelho. Já agora, faça uma breve pesquisa e veja quais foram os Governos do pós-25 de abril que mais investiram na nossa região. -----

E já que estou a falar deste assunto, diga-nos lá quem é que você apelidou de “*coveiro do interior*”. Salvo erro, foi numa Assembleia Municipal ou numa reunião aberta ao público, o Sr. Presidente apelidou uma pessoa de “*coveiro do interior*”. Se nos puder dizer quem é que foi. ----

Sr. Presidente, como lhe disse, eu não estou aqui para dizer “*não*” quando você disser “*sim*”, nem dizer “*sim*” quando você disser “*não*”. Se eu achar que você está a fazer um bom trabalho, eu apoio; se achar que você está a fazer um mau trabalho, eu critico e provo que está errado. Mas, não me confunda com aqueles que estão contra as suas políticas, e de um momento para o outro você lhes oferece um rebuçado, ou simplesmente um simples sinal de luzes, e já votam a favor das suas políticas. Devemos estar na política para a servir, e não para nos servirmos. ---

1h
Pedro
A

Sr. Presidente, continuando com esta breve análise dos seus mandatos, verifico que nos últimos tempos se tem preocupado com o problema mais grave que afeta o nosso concelho, que tem a ver com os cuidados de saúde que são deficitários. Concorro plenamente consigo. Está verdadeiramente preocupado, é evidente, com os interesses e necessidades do nosso concelho, mas digo-lhe também muito sinceramente: mais vale tarde do que nunca. Digo isto porque no primeiro ano do seu mandato, e depois de uma ação popular onde o primeiro subscritor foi o Eng.º Aires Ferreira, para a permanência do helicóptero do INEM em Macedo de Cavaleiros, o Sr. Presidente foi o único autarca do distrito que não marcou presença na manifestação. Não sei se, na altura, já tinha algum problema com ações populares, ou era a favor da retirada do helicóptero, como era intenção do Governo do PSD. -----

Se desde essa altura tivesse as preocupações que tem hoje com a falta de cuidados de saúde no nosso concelho, talvez já tivesse conseguido ajudar a melhorar esta necessidade. -----

Um outro tema com o qual o tenho visto preocupado é a reflorestação da Serra do Reboreda.--- Esta sua preocupação já não é de agora; se bem me lembro, já em 2018 disse que tinha uns milhões de euros para reflorestar. Ano após ano, milhões após milhões, ficamos a saber que agora tem quase 1.500.000€ para reflorestar e recuperar aquela que era a maior riqueza do nosso concelho, que ardeu após você ter acabado com o Gabinete Florestal e com a equipa de sapadores. -----

Esta sua preocupação, ano após ano, será que é desta que avança a reflorestação? Ou vai ficar mais uns anos com remorsos? -----

Sr. Presidente, bem sei que o senhor não toma decisões sozinho – se assim fosse, nunca teria chegado a Presidente de Câmara. Infelizmente para o nosso concelho, há decisões nas quais não o deixam pôr nem dispor, e quem fica afetado com essa imagem é o nosso concelho, é você. E sabe porquê? Porque é um Presidente de gabinete, e não um Presidente do povo. Saia do gabinete e sinta as verdadeiras necessidades do nosso concelho. Até lhe fazia bem conhecer novas culturas – por exemplo, fazer uma viagem – do que estar dia após dia metido no meio de quatro paredes. Acredito que se o fizesse, até os orçamentos seriam diferentes, eram mais abrangentes e teriam menos rubricas abertas com 500€ - porque é obrigado – e não tenha esta ou aquela visão de futuro dos projetos. -----

Sr. Presidente, passado uma década, ainda não o vi ter uma coragem suficiente para defender contra tudo e contra todos os verdadeiros interesses do nosso concelho. Com isto não estou a dizer que você não seja corajoso, é corajoso. A um ano das eleições, teve a coragem de integrar o Município na ADIN, e que coragem. Esta integração, só em dinheiro, foram mais de 38.000€, e infraestruturas, quase 2.400.000€. -----

Sr. Presidente, com o dinheiro dos outros, todos nós somos corajosos, uma coragem que até aceitou que pudessem pedir prestações suplementares a todos aqueles que aderiram, no valor

lh
Edo
Ed.

de 7.000.000€. Sabe qual é o preço final desta sua coragem? Não foi na qualidade da água, nem tampouco no saneamento; foi no preço final da fatura da água. -----

Para finalizar, Sr. Presidente, é evidente que ao longo desta década, concordo consigo em algumas questões – por exemplo, a ferrovia, o término do IP2 – mas não é com Governos do PSD que isto será uma realidade. Não se pode esquecer que foi o Governo do PSD que mandou parar as obras do Túnel do Marão, e foi a Dra. Manuela Ferreira Leite que, quando candidata a Primeira Ministra, disse em Bragança que se ganhasse as eleições, mandava parar as obras da autoestrada até Bragança. E esta senhora até foi mais longe, disse que a democracia deveria ser suspensa seis meses. -----

Também concordo consigo com a preocupação demonstrada relativamente às comunicações.-- Ficamos a saber que um médico americano esteve dois dias em Torre de Moncorvo, e se foi embora porque não tinha internet para poder trabalhar. Então, o que é feito dos seus projetos de internet gratuita? Com isto também está a querer dizer que a sua bandeira política dos nómadas digitais deixou de estar desfraldada porque os ventos não são favoráveis? -----

Termino, Sr. Presidente, com duas questões. Disse que tem duas situações que gostaria de ver resolvidas, uma é a construção do pavilhão da Escola Visconde Vila Maior, e a outra é a reflorestação da Serra do Reboredo, que ardeu no seu primeiro mandato. Deus queira que sim, acredite. Se chegar a cumprir este mandato até ao fim, não acha que em doze anos é muito pouca obra para apresentar a um concelho onde a maioria dos eleitores confiou em si? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Francisco Braz. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Retomando ainda o assunto da niveladora, integrado, evidentemente, no desenrolar da atividade municipal, compreendo a indignação do deputado Diogo Oliveira, como cidadão residente em Mós, e ainda mais sendo uma das suas muitas presidências a Assembleia de Freguesia, toda esta sua preocupação. Esta preocupação de limpeza de caminhos nas freguesias pela niveladora é geral de todos nós. -----

Também nós, em Carviçais, próximos de Mós, aguardamos ao mesmo tempo, pois a utilização antecede a da sua freguesia. -----

Por estes factos, decerto de grande necessidade e utilidade, deixo aqui um repto ao Sr. Presidente do Município, sobre a possível aquisição de uma nova viatura destas, que certamente contribuirá para todo o desenvolvimento agrícola concelhio. -----

Relativamente à Rede de Aldeias, obrigado desde já a todos pelas felicitações. Tratou-se de uma

11.
Pedro
Q.

reclassificação, de uma renovação, pois nós já vínhamos pertencendo anteriormente, conseguindo-se agora manter, com as novas normas impostas, a classificação. Muito importante, digo-o pessoalmente, como Presidente da Junta de Carviçais, esta classificação, e que passe a ser um grande marco que contribua efetivamente para a não implantação da fábrica na Freguesia de Carviçais. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente da Câmara, eu queria perguntar-lhe quando é que é distribuída aos pastores do Larinho e do Felgar a palha prometida, porque já foi a todas as outras aldeias. -----

Em segundo lugar, queria perguntar-lhe como é que estamos na Pensão Marrana, mais uma vez. É um assunto que já nos ocupa há muitos anos, vejo de vez em quando a pregarem uns pregos naquela parede, vejo de vez em quando a limpar o quintal, mas continuamos na mesma, aquilo é uma vergonha ali. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. E para terminar esta primeira ronda, tem a palavra o Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Muito bom dia. -----

Eu tenho a certeza que já foi discutido aqui nesta Assembleia – nesta, ou numa outra – a parte das questões dos Censos, e das questões de sermos cada vez mais territórios de baixa densidade, mas eu tenho quase a certeza de que não há nenhuma Câmara Municipal, da esquerda ou da direita, que não se preocupe com isso. Tenho quase a certeza de que todos nós nos preocupamos com isso, e que todos farão o melhor que podem para conseguir e tentar criar condições para que tanto os jovens permaneçam cá, ou tentar captar pessoas que venham para cá. Isso, acho que é de todo o bom grado, todos os Executivos e todas as Câmaras Municipais do interior verem isso com bons olhos. -----

Agora, se depende só de uma Câmara Municipal, claro que não depende. Eu acho que enquanto o Poder Central não olhar para isto com olhos de ver – não sei se olha, mas depois não tem resolução nenhuma – não vamos conseguir ir a lado nenhum. -----

Mas, relativamente àquilo que foi dito aqui, nós tivemos os Censos em 2011 e tivemos em 2021, e já referimos também o motivo por que houve esse decréscimo, ou seja, nós tivemos uma obra em 2011, e tivemos, no pico da obra, dois mil funcionários, tivemos, se calhar, contratos de

1h
Pedro
P

arrendamento, à volta de trezentas ou quatrocentas pessoas. E isso tudo pesou na diminuição populacional de Torre de Moncorvo. -----

Mas, voltamos também a relembrar que no final dos anos noventa, início dos anos dois mil, fecharam-se os hospitais, fechou-se a Portugal Telecom, fecharam a Polícia de Segurança Pública. Quais foram as medidas tomadas nessa altura? Eu também gostaria de saber, também gostaria de saber quais foram as medidas que levaram a cabo, pela parte do Executivo de então.- E relativamente às aspirações, eu nunca tive a aspiração de ser candidato a uma Juventude numa cidade do litoral, não consegui, depois vim para uma terra do interior, já consegui, e depois tentei a distrital, também não consegui. As aspirações são para quem as tem. A minha única aspiração é por Moncorvo, sempre. E de facto, aí é que contra factos não há argumentos. Contra factos não há argumentos. -----

Relativamente a duas situações que eu gostaria de mencionar diretamente ao Executivo, é sobre a situação financeira. Eu tenho que lhes dar os parabéns, independentemente das obras que foram feitas, ou não, mas se em 2013 tinham um crédito bancário de 16.000.000€, e em 2022 têm um crédito bancário de 6.000.000€, as contas são fáceis de fazer. Os meus parabéns. -----

Outra das sugestões que gostaria de deixar aqui ao Sr. Presidente da Câmara e ao Executivo é sobre a zona habitacional do Parque Verde Eng.º Aires Ferreira. Nós temos passado por lá, e é uma zona habitacional cada vez com mais pessoas, cada vez com mais gente, de faixas etárias entre os vinte e os quarenta anos. -----

O que é que me leva ali a preocupar? É relativamente aos lugares de estacionamento. Eu deixava aqui esse repto, de se estudar ali uma maneira de o Executivo tentar arranjar ali uma área de estacionamento mais alargada, porque, de facto, quem passa ali, de manhã ou à noite, são muitos carros, são muitos apartamentos. E sugerir-lhe também, uma vez que é uma zona com muitas crianças, um parque de diversão ao fundo, ou ao cimo, onde entenderem. Mas, de facto, acho que a população ficava muito melhor servida. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado. Muito obrigado pelas questões que foram levantadas aqui ao Município e ao Executivo, para dizer duas ou três coisas muito breves. -----

Primeiro, em quarenta e oito anos de democracia, trinta e dois são de Governos PS. Portanto, mal seria se o investimento realizado não fosse dos Governos do PS. -----

Mas, falar com a leviandade de quem quer o protagonismo político sobre Censos, quando foi debatido na campanha eleitoral para as autárquicas, quando aqui mesmo, numa Assembleia Intermunicipal, tive ocasião de fazer ver a preocupação, mas trazer contas que já foram

11
Pedro
A.

devidamente explicitadas, em parangonas de jornais, o que nos deve preocupar é que o concelho, em termos absolutos, que mais perdeu foi o de Bragança, e depois Vila Real. Esse é o nosso problema. E torna-se mais preocupante quando são dois polos que, fruto de serem capitais de distrito, devem ser alavancas dos outros territórios. E, portanto, têm que ter a capacidade de não matar os territórios que pertencem ao seu distrito, mas antes alavancá-los, porque até têm dois polos universitários. -----

Portanto, o importante é que esses dois Municípios, enquanto capitais de distrito, têm que ter essa capacidade. -----

Recordo, para alguns mais distraídos, que quando foram os Censos de 2011, Moncorvo tinha perdido dois Vereadores, e depois recuperou novamente dois Vereadores. Recordo também que durante o período em que a Barragem do Baixo Sabor esteve a ser construída, houve um acréscimo de população de cerca de duas mil pessoas. Recordo também que o nosso défice, em termos de nascimentos e de mortes, é muito superior, e chega aos 80%. Se fizerem as contas todas como deve ser, e não de uma forma que não é a mais correta, verão que esses valores coincidem com os valores que os Censos agora deram. -----

Mas, Sr. Deputado, não podia deixar de lhe dizer uma coisa – e por isso eu também iniciei com os trinta e tal anos de PS: é que, neste momento, se considerar a faixa dos zero aos cinquenta quilómetros, em termos de população residente na faixa costeira, são 70%, a população residente dos zero aos cinquenta, mas se diminuir para os zero a vinte e cinco, são 60%, e isto é que é preocupante. A densidade populacional média do interior tem 0,28 habitantes por quilómetro quadrado; o mesmo indicador no litoral é de 104,2 habitantes por quilómetro quadrado. Nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, Lisboa com dois milhões e oitocentos mil habitantes, e o Porto com um milhão e oitocentos mil habitantes, concentra-se 45% do total da população residente no continente. E repare que se fizer uma análise aprofundada, o Município de Lisboa perdeu população. Só para lhe dizer que tem 45% do total da população, cerca de dois milhões e oitocentos mil habitantes, mas perdeu população, Lisboa em si. Pelo contrário, Mafra ganhou. -----

Estas áreas, só por si, absorvem a maioria do capital disponibilizado pelos fundos de convergência europeus. No novo quadro comunitário, as ITI das áreas metropolitanas têm 75% do que vai ser disponibilizado em termos de reabilitação e regeneração para as áreas metropolitanas – 75%, ficando os territórios do interior com 25%, sendo que os territórios do interior não podem ir aos 75% do litoral, mas o litoral pode vir, em termos de concorrência, aos 25% destinados aos Municípios do interior. Se acha que é assim que se faz uma verdadeira descentralização e um verdadeiro upgrade do interior, nós sempre defendemos que não deve ser só pelo número de habitantes, mas também pelos quilómetros quadrados do seu território, porque um prédio na Amadora, por exemplo, em termos de saneamento e água, fica muito

11h
Pedro
P.

barato, e pode ter logo quarenta ou cinquenta famílias, do que levar aqui para o Castedo, ou para Mós, ou para o Peredo. É muito mais caro, mas as pessoas têm direito a tê-lo. -----

Dizer-lhe também que nestes quarenta e oito anos de democracia, trinta e dois do PS, mil, oitocentas e oito escolas foram encerradas, sendo que mil e vinte e sete são no interior. Cento e dezassete Centros de Saúde foram encerrados – desses, cinquenta situam-se no interior. E não foram construídos hospitais onde foram encerrados – ainda hoje tivemos aqui a problemática das urgências. -----

A evolução da população residente do interior e do litoral foi a seguinte: a população residente no litoral aumentou 52,08%, no interior diminuiu 40%. -----

Dar-lhe mais alguns tópicos. A população residente no continente com menos de vinte e cinco anos, no litoral é de 82,4%; no interior, não chega aos 15% - com menos de vinte e cinco anos. No interior, apresenta-se entre 2,5 e 4 pessoas com mais de sessenta e cinco anos por cada jovem que habita nesses territórios. No exemplo do Douro, nas últimas três décadas perderam cinquenta mil habitantes, vinte e cinco mil dos quais jovens, na comunidade onde nós estamos inseridos. -----

Na faixa litoral está 83% da riqueza produzida, 89% dos alunos do ensino superior, e 89% das dormidas turísticas. -----

Dar-lhe também um exemplo do que é a verdadeira descentralização que nós temos vivido: em Portugal, a concentração em Lisboa e Porto de estudantes universitários é de 54%; em Itália, a concentração em Roma e na Lombardia é de 27%; em Espanha, Madrid e Catalunha, é de 23%; França, Paris e Lyon, 20%; no Reino Unido, Londres e Edimburgo, 16%; na Alemanha, Berlim e Munique, 18%; e na Holanda, Amesterdão e Eindhoven – ou agora Países Baixos – 8%. Volto a lembrar, para os que estão mais esquecidos, que em Portugal, Lisboa e Porto, são 54%. -----

Portanto, nós temos aqui um problema: é que para termos os dez milhões de pessoas – e já vimos isso no último domingo, passado, no comentário do Dr. Luís Marques Mendes – necessitamos já da mão de obra migrante. Mas, o que é pior é que nós temos que ter, em média de entrada, vinte mil pessoas a cinquenta mil por ano, nos próximos dez anos, senão não atingiremos os dez milhões de pessoas. -----

Portanto, fica aqui uma resenha do que são os números, em termos de Censos e em termos do interior. -----

E concluo com uma nota: não é de Partidos de esquerda ou de Partidos de direita; é um desígnio que tem que ser nacional. Já não é só dos que habitam cá, é um desígnio nacional, se querem manter estes territórios habitados. Muito por culpa também de algumas instituições que olham para este território como aquele que tem que fazer a balança, nomeadamente das medidas de carbono. Qualquer empresário que queira ter algum tipo de indústria no interior tem que passar por uma série de pareceres, onde me parece muitas vezes mais importante o rato, o gafanhoto,

111-
Pedro
Q.

o morcego, a águia, o que quer que seja, do que as pessoas que o habitam, homens e mulheres deste interior. -----

Sr. Deputado José Aires, para ficar nas suas notas, o centro escolar é até 30 de junho de 2023.- Quanto à Rua do Poço, eu recordo-me da Rua do Poço com alcatrão assim meio por cima de umas coisas, cheia de buracos, cheia de coisas. E agora, acho, ou tenho a certeza que está com um centro histórico condigno e digno. Não poderemos, obviamente, agradar a gregos e a troianos, mas penso que está condigno e digno, e que muitos dos danos que houve em habitações, fruto das obras – não sei quantos, mas alguns – já foram reparados. Até podia dar exemplos, mas não quero – mas, podia dar exemplos. -----

Quanto às obras que aqui trago, obviamente que muitas delas – para não dizer a totalidade – são fruto das informações das Divisões Técnicas. E o que se traz aqui é para um conhecimento geral, não são escarpelizadas uma a uma. -----

Dizer-vos que o que está dentro dos prazos é para cumprir, sendo certo que há sempre as prorrogações, que agora, em termos de execução dos fundos comunitários, foram até 30 de junho de 2023. -----

A revisão de preços é um decreto regulamentar, Sr. Deputado. Nós, que o fazemos ao empreiteiro, estão devidamente regulamentados e com regras próprias, que temos que aceitar, e que enviamos, obviamente, para junto das comissões, nomeadamente a CCDR, para incluir, ou não, na comparticipação. -----

Dizer-lhe que está um bocadinho alterado – não é verdade que tenha 92,5%; a escola está com 77% de comparticipação, e não os 92,5%. -----

Bom, falar deste PDM é também trazer o PDM que está em vigor, e os anos e anos que levaram a fazer este PDM. Os PDM são assim mesmo, são evolutivos, há diversas comissões, há diversas pessoas que na parte da consulta pública dão sugestões, dão opiniões, e isso tudo é concentrado nas mais diversas comissões. Aliás, quando o Sr. Deputado diz que em novembro foi feita – eu é que o digo, o senhor disse ali no púlpito – é verdade, a Comissão de Coordenação marcou as primeiras reuniões dos Municípios para 15 de outubro. Ora, estava mais que visto que trezentos e oito Municípios, dia 15 de outubro, não era possível fazê-lo. E, portanto, vai sendo marcado, a nossa foi marcada para 24 de novembro. Foi marcada, e fomos à reunião, como é óbvio. -----

Entretanto, só agora, na semana passada (*salvo erro*), é que recebemos alguns dos pareceres que já deviam estar também em análise nessa comissão, nomeadamente o ambiental, e uma série de pareceres. -----

Portanto, o PDM é evolutivo, nós não temos nenhuma penalização; teríamos se não tivéssemos iniciado o processo quando o iniciámos, e se, por culpa nossa, não tivesse havido possibilidade de fazer a reunião a 15 de outubro. -----

lh
Sede
ff.
C

Como sabe também, as Comissões de Coordenação, todas elas, alargaram esse prazo, porque era impossível de se receber os Municípios todos. E, portanto, até agora, estamos dentro dos prazos, estamos a cumprir o que nos é solicitado, e, portanto, não há penalizações e consequências – aliás, muitos Municípios ainda estão na primeira geração de PDM's, e portanto, têm que saltar para a terceira e quarta geração, o que é mais complicado. E esses, eu percebo também que tenham de alguma forma alguma preferência em serem realizadas as reuniões primeiro, também percebo isso. -----

Quanto aos transportes, os transportes são custos para os Municípios, como é óbvio. Não sei se a Sra. Deputada teve a perceção de que nesta semana foi adjudicado o primeiro concurso de transportes urbanos, foi na Área Metropolitana do Porto, depois de vinte quedas dos concursos.- A CIMDouro, também um já ficou deserto, já aqui expliquei, foi lançado com o valor, para transportes intermunicipais, de cerca de 5.000.000€, a proposta mais baixa ficou nos 12.000.000€, a segunda nos 13.500.000€, e a terceira nos 21.000.000€. Portanto, estamos a ver. -----

Mas, quando diz que as pessoas não têm condições, eu não percebo se a Sra. Deputada queria dizer que se acabasse com os autocarros, e passasse a ser só serviços de táxi. Não percebi isso, penso que não terá sido essa a sua opinião, porque senão limitávamos a concorrência. E, portanto, eu penso que não será isso. -----

As normas que regulamentam o transporte estão fixadas pela Comissão Europeia, e há diferentes tipos de transporte: o das crianças, e depois o da população em geral, nomeadamente em termos dos anos que os autocarros podem ter. E que se for feito pela Câmara Municipal – ou seja, se não for feito por uma empresa que tenha o alvará para transportar – torna-se muito mais fechado, porque o número de anos se reduz substancialmente, em termos da idade dos autocarros, e faz com que seja inviável. -----

Mesmo assim, a população da CIMDouro, onde o Concelho de Torre de Moncorvo está inserido, os maiores de sessenta e cinco anos não pagam – nem pagam transportes rodoviários nem ferroviários, estão isentos de pagamento os maiores de sessenta e cinco anos. Ora, isso é alocado por cada um dos Municípios, e cá está a parte social que a Sra. Deputada dizia, é essa parte social que o Município de Torre de Moncorvo também assume. -----

Para lhe dizer que quando fala de transportes escolares, todos eles são gratuitos. Mais, estão resolvidos os problemas – porque penso que o que referiu ali foi por falta de informação; não foi uma inverdade, foi por falta de informação: o transporte escolar, no pré-escolar, apesar de não ser obrigatório através dos despachos da DGEstE e do Ministério da Educação, a Câmara Municipal assumiu desde sempre que as crianças têm direito, ou podem estar, e até é benéfico que estejam, no centro escolar. E, portanto, a Câmara também assume esse pagamento do pré-escolar – assume-o em todas as freguesias. Havia dois ou três pontos que estavam aqui, de

11,
Pedro
Q.

alguma forma, não resolvidos – um que está resolvido, que é o Larinho, um que ainda não está resolvido, mas que foi sempre resolvido entre a Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Junta de Mós – também tem que se dizer isso, que se conseguiu sempre trazer as crianças que estavam no pré-escolar, para poderem vir para Moncorvo, numa repartição de despesas. E agora, falta-nos um, que estamos à espera há mais de um mês que seja decidido por uma entidade, para ver se uma pessoa que habita numa freguesia do Concelho de Torre de Moncorvo pode vir nesse autocarro, a Câmara suportando os gastos, para poder acompanhar as crianças.- Estamos à espera de uma decisão há mais de um mês. Mal esteja decidido, as crianças da Freguesia de Urros podem vir para cá. -----

Portanto, não é verdade que nós não acompanhemos, e que só quem tiver carro é que possa trazer as crianças; tem é que haver um acompanhante dentro do autocarro, isso é uma obrigação. -----

Sr. Deputado Luís Lopes, obviamente que eu já respondi aqui a algumas coisas do que me tinha perguntado. Agora, não lhe posso aceitar duas coisas. -----

Primeiro, ter acabado com os Sapadores. Que Sapadores? Está a falar de um protocolo que havia com uma associação que não era do concelho, quando agora temos Sapadores que são do concelho, e criámos emprego local? -----

Acabar com o GTF? Mas, acabar em quê? O GTF está a trabalhar, e foi devido a quem estava no GTF que se conseguiu este 1.500.000€. Mais, disse aí uma coisa que é verdade, mas esqueceu-se de referir, foi quando fizemos o primeiro projeto, o projeto foi candidatado, foi aprovado, e depois, por falta de um regulamento e de uma portaria do seu Governo, que foram retiradas às Câmaras as competências para se poderem candidatar, passou para o ICNF, e estivemos à espera, e à espera, para depois não haver verba. Aliás, se me falam de candidaturas e de pouca obra, eu gostava era que comesçassem a pegar na calculadora sobre o PRR, e quantas vezes o PRR já aumentou o valor. Os milhões somam-se dia após dia. Nós temos um limite na União Europeia, mas se formos fazer uma contabilidade do PRR, pelos vários Ministérios e pelas várias propagações políticas que fazem, vejam a quantidade e o valor em que já ultrapassámos as verbas do PRR. O que é certo é que – e muito bem, penso que foi dito aqui que contra factos não há argumentos – do PRR, o que está executado ainda só são 6%, e 6% no Estado, no Poder Central. Onde é que está nas empresas, que bem precisam? Onde é que está nas autarquias? Ainda não se viu nada. Vamos ver o que é que vai acontecer a este PRR, se nos vai trazer mais pobreza do que aquela que o Poder Central nos incutiu no último ano. Porque eu, Srs. Deputados, gostava era que os senhores, tal como a Presidente da Associação Nacional de Municípios disse, que era incomportável e inadmissível que os Municípios estejam por receber as despesas que fizeram durante a pandemia, e que lhe foi sempre garantido, através da DGAL, que iriam receber, com reportes mensais. E agora a Sra. Ministra, num estado

M
Belo
B

de lucidez que eu louvo, disse uma coisa tão simples quanto esta: é impossível pagar aos Municípios 6.000.000.000€, foi a parangona do jornal, é impossível estar no Orçamento esse valor. Quem é que o vai suportar? Os Municípios. -----

Portanto, isto sim, era o que se fazia no séc. XIX, dava-se ao Município um foral, mas depois não recebiam. Isso sim, isso era o normal. -----

Agora, eu continuo a defender a integração na ADIN, é verdade, e tão verdade é que os Municípios aqui ao lado, que continuavam a bater-se e a dizer que não queriam, foram agora obrigados, porque se não o fizessem, acabavam os subsídios europeus. Mogadouro e Vila Nova de Foz Coa aumentaram a tarifa da água. Mas, o mais preocupante nem é a tarifa da água, é a TGR, que foi aplicada pelo Ministro do Ambiente – e nós aqui fizemos um documento a dizer para não ser aplicada por causa das consequências que traria para os consumidores, e que agora está em 25€ a tonelada, e que se vai repercutir nos consumidores. E onde é que vem? Vem na fatura da água. E quem receber a fatura da água vai ver que não se trata da água; trata-se de resíduos. E para o ano, vamos para 32€, até chegar aos 54€, na convergência dos resíduos. Agora, não acham que deveria ser melhor colocar uma fatura só para os resíduos e outra para a água, e as pessoas aí tinham a real noção do que era o custo? Porque a água é barata, os resíduos são caros. Mas aí, devíamos ter a coragem de dizer isso, e mais, e de aquilo não ser uma taxa, porque efetivamente não é uma taxa, é um imposto, é o Poder Central que o coloca. Só lhe dão o nome de taxa porque, como sabem, um imposto recai sobre um poder que o pode emanar, enquanto que a taxa tem que ter a reciprocidade de um serviço que é prestado. E é só por isso que tem o nome de “taxa”. -----

Agora, esse é um custo que nos vai aparecer nas faturas. -----

E não posso deixar, para rematar aqui, de dizer que foi o Sr. Ministro do Ambiente da altura que, sob a proposta do PSD e do Ministro que tutelava o Ambiente, que tinha os três cêntimos a mais para a água no litoral, para podermos ter entre 2€ a 3€ a menos no interior, que revogou essa decisão, criou a verticalização, e criou o intermunicipalismo agregado, para poder ir a fundos europeus. -----

Portanto, aquilo de que o Sr. Deputado se queixa foi uma medida do Governo PS, e que alterou substancialmente as medidas que eram preconizadas por um Governo do PSD – neste caso, estamos a falar do Ministro Jorge Moreira da Silva, em termos do PSD, e do Ministro Matos Fernandes. Podemos é dizer que aquele Ministério do Ambiente era tutelado pelo Ministro e pelo Secretário de Estado que no Governo do PSD estavam à frente de grupos de águas no país. E portanto, havia todo o interesse, como há ainda hoje nos fundos, que onde reside a maior parte da população não houvesse acréscimo de aumento das tarifas. Quem é que perdeu? Quem foi prejudicado? Os Municípios do interior. Por quê? Porque, Sr. Deputado, três ou quatro Municípios

conseguem fazer quase uma revisão constitucional, e isto é o que nos deve preocupar. Qualquer dia, nem representatividade temos para falar lá em baixo sobre isto. -----

Agora, não venha com esta “*espada de Dâmocles*” sobre o Executivo e sobre a ADIN. Eu entendo – e nisso, o senhor disse que houve coragem; houve coragem porque sentimos que era o melhor para Torre de Moncorvo, e está-se a comprovar naquilo que os outros estão a fazer, e mais, que os nove Municípios das Terras de Trás-os-Montes estão a tentar fazer com a Resíduos do Nordeste, que é exatamente a mesma coisa. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr.^a Deputada, faça favor. -----

-----**A Deputada Sílvia Santos:** Sr. Presidente, antes de mais, queria dizer-lhe que ao levantar esta questão dos transportes, é uma área que eu domino, são do meu conhecimento as dificuldades que as pessoas têm para se deslocar. Não estou aqui a pedir trabalho, porque se eu estivesse aqui a pedir trabalho, estava na Bancada daquele lado, não deste. -----

Outra situação: é verdade, até ontem, às cinco da tarde, ainda havia crianças sem transporte.--- Eu sei que a Câmara não é obrigada a pagar o transporte, eu sei que a Câmara faz o favor de pagar auxiliares, pessoas que possam acompanhar as crianças, eu tenho conhecimento da Lei.- Mas, o certo é que as crianças são a nossa prioridade, devem ter transporte, sim senhor, e deve ser a Câmara a assegurar, concordo plenamente. Não se deve só limitar a festas, feiras, festinhas de Boa Nova, e outras coisas, quando existem ainda crianças sem transporte. -----

E estou informada sim, Sr. Presidente, porque eu, ainda ontem, fiz um transporte de uma criança que não tinha transporte. Portanto, não é falta de informação, tenho conhecimento da área, trabalho na área, e como lhe disse, não estou aqui a pedir trabalho, porque tenho duas mãos e muita vontade de trabalhar. -----

Muito obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Já agora, Sr. Presidente, não sei se quer responder. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** É para me penitenciar, porque o Sr. Deputado António Júlio Andrade fez duas perguntas, e eu gostaria de lhe responder. Retomo as perguntas que me foram feitas. -----

Quanto à questão da palha, estamos à espera que o fornecedor que ganhou o procedimento entregue a palha, para ser feita na parte do concelho – não é só no Larinho, no Felgar também (*penso eu*), também há uma parte na Cardanha, Cabeça Boa, Carviçais e Açoreira, é a parte que falta. Portanto, mal entregue, ficará resolvido. -----

Quanto à Pensão Marrana, eu também acho que aquilo é uma vergonha, e, portanto, acho que se deve questionar o IEFP sobre o que quer fazer daquilo, porque é o titular da propriedade, estando a usufruir de instalações para funcionar, da Câmara Municipal. E, portanto, o acordo, já no tempo do Ministro Pedro Mota Soares, tinha ficado acordada a permuta, e até hoje nós já temos, para os serviços estarem devidamente alojados num edifício da Câmara Municipal, o que deveria vir em permuta, que era a Pensão Marrana, até hoje ainda não veio para a Câmara. ---- Portanto, acho que o IEFP deve ser questionado sobre o que pensa fazer daquilo, e sobre o que quer fazer daquilo, como é óbvio. -----

Sra. Deputada, eu não percebi qual foi a defesa da honra, fico aqui sem saber, e também não percebi se era a mesma situação em Urros, que teve que levar uma criança, e se é de Urros, é verdade. Mas, lá está, o que a Sra. Deputada veio dizer de início foi que era necessário comprar um carro, e nem todas as pessoas têm capacidade para comprar o carro, para poder fazer esta deslocação. O que eu lhe disse foi que a Câmara estava sempre disponível para a fazer, nas condições que tem. E a Sra. Deputada trouxe outra hipótese, que foi: não fazendo uns, há sempre alguém com uma oportunidade de negócio. -----

Portanto, eu não percebi aqui onde é que havia a defesa da honra, mas ainda bem que ficou resolvida a situação. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Segunda ronda, relativamente ao Ponto n.º 1. Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Muito rapidamente, Sr. Presidente da Câmara, em primeiro lugar, dar-lhe os parabéns pela excelente aula de demografia que nos proporcionou, e de estatística. Mas, tenho que lhe dizer aqui uma ou duas situações, muito rapidamente. E o Sr. Presidente, é nisso que é bom, é difícil de combater, é na retórica. E onde é que está a retórica? Está praticamente em tudo. -----
Por exemplo, falou na questão da diminuição da população, que se deveu ao fim das obras da barragem. Não, não se deveu, Sr. Presidente. O Sr. Presidente sabe certamente, como todos nós, que os inquéritos dos Censos são feitos na morada fiscal ou na morada de família, e não no local de trabalho. Esse argumento não cola. Os trabalhadores da barragem nunca contaram para a população residente do concelho, nem quando chegaram, nem quando partiram. Este é o primeiro ponto relativamente aos Censos, e às estatísticas que o Sr. Presidente falou. -----
Concordo consigo quando fala na concentração de população no litoral, nós vamos viver o problema da litoralização, e a distribuição de fundos, também concordo consigo, a maneira “desonesta” como são distribuídos os fundos. Esse vai ser o grave problema do nosso país. -----
Mas, há uma coisa que eu também tenho que lhe falar, relativamente à ADIN. Já toda a gente

11,
Pedro
Ed.

percebeu que temos visões diferentes sobre a questão da água. A Câmara Municipal, relativamente à ADIN, dá-me a sensação que põe Moncorvo num lugar de destaque que a si o alegra, mas a mim me entristece. Torre de Moncorvo é o segundo concelho do distrito onde o pagamento de cento e vinte metros cúbicos de água é mais caro, e a nível nacional, acompanha com aqueles que têm água mais cara. Só a título de exemplo, Sr. Presidente, Foz Coa, aqui ao lado, paga (salvo erro) 88€ por cento e vinte metros cúbicos ao fim do ano; Torre de Moncorvo paga 320€. Sabe quem disse isto? Foi o último estudo da DECO, do mês de dezembro. E você agora vem aqui dizer que toda a gente vai ter que entrar nisso. Está bem, toda a gente, mas façam as coisas como deve ser, o dinheiro público tem que ser gerido de maneira correta. Para si, é correto dar 2.000.000€ em infraestruturas, para mim não é, Presidente, é essa a questão.-- Está a perceber? -----

Relativamente à taxa de gestão de resíduos, o que é que você foi obrigado a fazer – você e todos os Presidentes das Câmaras do país – em relação aos resíduos sólidos? Não foram obrigados a fazer alguma coisa? O que é que a Câmara Municipal fez? Por que é que subiram agora as taxas? Então, a culpa é dos Governos, que sobem as taxas? Qual era o trabalho de casa que tinham que fazer as Câmaras? É, Presidente, você sabe que é verdade. O que é que as Câmaras tinham que fazer para não aumentar esta taxa? Diga-nos lá, Presidente. Não quer dizer que me responda agora, mas depois, na próxima reunião, pode responder-me a isso, não há problema nenhum. Não há problema nenhum. -----

A Rua do Poço, centro histórico, tudo bem, calcetaram, em termos de visão, está mais bonito, não tenho problemas nenhuns em afirmar isso. Acontece que, por exemplo, no verão, a temperatura naquelas ruas sobe exponencialmente – mais cerca de cinco graus – com aquele calcetamento. O problema da obra – por exemplo, a questão do Poço, acho que aquilo está uma aberração. Se o Sr. Presidente acha que aquilo está bem, para mim está mal. A questão do Poço, a maneira como foi gerida a questão do Poço, aquilo é uma aberração, só lhe falta um telhado e uns buraquinhos, e está ali um pombal feito. É tão simples quanto isto, é pintá-lo de branco, e está a andar. -----

A questão dos postes, já estão lá os postes com eletricidade pelo chão, ainda lá estão os outros.- Por quê? Há quanto tempo acabou aquela obra? Não sei o que é que se passa, e o senhor certamente saberá dizer. -----

Outra questão, muito rapidamente, a questão das casas. Vá só dar uma volta, e temos casas azuis, casas amarelas, casas cor de rosa, casas verdes. Então, o centro histórico não deve ser homogêneo? Não? Eu acho que sim. Quer dizer, não faz sentido. -----

E pronto, o Sr. Presidente já me pediu para terminar, eu tinha aqui mais uma questão ou outra, mas fica para outras reuniões, não há problema. -----

Obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** O Sr. Deputado já ultrapassou largamente o tempo. Sr. Deputado Bernardo Silva, se faz favor. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Sr. Presidente, muito obrigado. Também vou aqui ser breve. Neste caso, dirigindo-me aqui ao Sr. Deputado Luís Lopes, como sabe, de uma forma particular, tenho estima por si, sou vizinho também do seu pai, partilhamos a Rua do Poço. Mas, a verdade é uma: quando eu cheguei lá, a Rua do Poço estava em terra batida, agora está calcetada; quando cheguei lá, tínhamos fios no ar, agora já começaram a sair. -----

Eu, enquanto morador de lá, também gostaria que as coisas fossem todas de um dia para o outro, isso é o ideal em qualquer obra. Mas, ao longo deste último ano, eu tenho visto as coisas a acontecer. -----

Relativamente ao poço, ele estava aberto, agora está tapado, agora é um pombal, segundo o que o Sr. Deputado diz. Para mim, pode não ser, para outras pessoas pode não ser, mas a obra ficou concluída. -----

Agora, eu acompanho-o, os fios na rua não ficam bem, obviamente eles sairão. Mas, ao longo deste último ano, Sr. Deputado, se nós formos ver, foi feita muita coisa naquela zona, e trouxe mais vida, e tornou aquela zona mais bonita. -----

Relativamente ao senhor dizer que eu venho aqui com uma visão de sonho, permita-me também aqui pegar nas palavras do Sr. Deputado Diogo: ele tem todo o direito de vir cá, dizer as suas opiniões, vir cá dizer aquilo que acha que está errado, eu também tenho todo o direito de vir aqui dizer aquilo que está certo. Foi por isso que nós fomos eleitos, com uma grande vitória nas últimas eleições. E eu, enquanto deputado, enquanto munícipe, eu quero, efetivamente, um Município que trabalha pelos seus munícipes, quero um Município de contas certas, responsável, um Município responsável que consegue aceder a outro tipo de infraestruturas e ter capacidade de investimento. É este o Município que eu quero. -----

Eu compreendo que o senhor queira um Município distinto deste – e deixe-me dizer-lhe que tenho simpatia pelas suas declarações, porque também sabe valorizar aquilo que é bem feito. -- Permita-me também vir aqui e escolher aquelas que são as minhas palavras. ----- Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. E para terminar, o Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Antes de mais, Sr. Deputado José Meneses, já que todas as Câmaras Municipais se preocupam com a perda populacional, diga, então, quais são as ideias que este Município tem, porque o

14.
Pedro
Cl.

Executivo não consegue dar resposta a isto, o Sr. Deputado diz que o Município tem, então venha aqui você e diga uma – mas, só lhe peço uma; não lhe peço duas, nem três, uma, como Presidente de Junta, deputado, cidadão, o que entender. -----

Sr. Presidente, como é expectável, a sua justificação relativamente ao tema dos Censos recai sempre nos trabalhos efetuados na construção da barragem. No entanto, temos de ser realistas: a construção da barragem cessou num determinado período do tempo, e a perda populacional foi ao longo dos últimos dez anos. -----

Adicionalmente, temos de ser realistas quanto ao facto de que o Sr. Presidente nada fez, e nada faz, de forma a criar condições de saúde, educação, economia, atração empresarial e populacional, entre outras necessidades, de forma a manter pelo menos parte das pessoas que se encontravam na construção da barragem a residir no nosso concelho, e atraindo outras para residência permanente ou temporária, assim como condições atrativas para que essas mesmas pessoas constituam família no nosso concelho, ou tragam as suas famílias para o nosso concelho. -----

Teve aqui uma enorme oportunidade para primar pela diferença, mas iniciou o seu mandato com o pé esquerdo. -----

Por último, não nos podemos esquecer que os recenseamentos da população e da habitação, mais conhecidos por Censos, constituem operações estatísticas realizadas com o objetivo de se obter informação sobre a população residente, Sr. Presidente, e não sobre as pessoas que se encontram a operar nos concelhos. -----

Afortunadamente para o nosso concelho, ainda bem que faltam apenas três anos para a sua saída. Em contrário, todos conseguimos imaginar as manchetes de jornais dentro de dez anos: *“Nuno Gonçalves, o obreiro da perda populacional”, “Nuno Gonçalves, o Presidente da Câmara que levou Torre de Moncorvo ao primeiro lugar dos concelhos com maior perda populacional de que há história”, “Torre de Moncorvo em risco de desaparecer”, “Torre de Moncorvo, um concelho sem ideias de combate à perda populacional”, “Onde se encontra Torre de Moncorvo?”, “Nuno Gonçalves faz o Concelho de Torre de Moncorvo entrar no Guinness como concelho com maior perda populacional de que há história”*. -----

Por vezes, tentamos ser malabaristas, e enquanto advogado, pode você tentar fazer isso, e muitas vezes ter sucesso, mas enquanto político, tem uma Oposição forte, que está aqui para ajudar a clarificar o trabalho com pouco brio que tem efetuado ao longo do seu percurso político, enquanto Presidente. -----

E conforme referi na última Assembleia Municipal, volto aqui a referir que durante a Assembleia Municipal que decorreu no dia 18 de fevereiro de 2022, recordei que fui acusado pelo Sr. Presidente e pela Sra. Deputada Catarina Lopes que tinha um discurso pré-feito. Mais ainda, a Sra. Deputada Catarina Lopes referiu, e passo novamente a citar, que ainda uma problemática

mais grave era o facto de eu trazer textos sobre o que é o ensino. Poderia perguntar e conhecer melhor o território. Tanto conheço o território que consigo ver o que o Sr. Presidente e a Sra. Deputada não conseguem ver, que a requalificação e modernização das instalações da Escola Básica e Secundária de Torre de Moncorvo andam a passo de caracol. -----

Fui tratado como ignorante, mas a obra não estaria concluída em setembro de 2022? Serei eu ignorante, ou a Sra. Deputada Catarina Lopes é a única pessoa que não consegue vislumbrar a realidade? Precisa que lhe traga umas fotografias na próxima Assembleia Municipal? Primeira era a Covid; agora, esgotada a justificação da Covid, qual é a justificação para a obra ainda estar em execução? -----

Por fim, quero apenas referir que percebo, de certa forma, que as pessoas se afastem do concelho, que saiam e não entrem. O Sr. Presidente já viu a forma como me trata? Em vez de valorizar o percurso inverso que eu fiz, e que regressei à terra dos meus pais e avós, de forma a lutar de forma construtiva pelo meu concelho, e no qual me encontro, de momento, a investir no mesmo de várias formas, passa o tempo a destratar-me. Sr. Presidente, como quer atrair pessoas que regressem, ou para virem para Torre de Moncorvo, quando o Sr. Presidente trata mal essas pessoas? Nem queria falar de mim, mas sou um exemplo disso. -----

E repare bem que até já se chegou ao ponto, no Concelho de Torre de Moncorvo, de se recorrer a pessoas com mais de trinta anos para se conseguir representar as Juventudes Partidárias da sua cor política. Já nem essas consegue acarinhar, Sr. Presidente. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Muito bem, Sr. Deputado Luís Lopes, cento e vinte metros cúbicos, acho que devem ser bem pagos, e muito bem pagos, porque a água é um bem essencial. Eu acho mesmo que deve ser bem pago, sinceramente, porque infelizmente ou felizmente, nós não fomos notícia por não haver água para a população. Foz Coa foi. E qual era a parangona dos jornais? Que o preço fazia disparar, para que o consumo médio por pessoa fosse extremamente exagerado. Mas, isso é um problema de Foz Coa, estamos a dar só exemplos. -----

E, portanto, eu acho que deve ser mesmo bem pago, não podemos fazer de outra forma. -----

Mas, dizer-lhe outra coisa, não percebi aqui, o dinheiro público, a fatura é paga por cada um dos contribuintes. E, portanto, não é o dinheiro público. O Município pagará o seu, os contribuintes pagam o deles. -----

Quanto aos resíduos, vou dizer-lhe duas coisas muito simples, Sr. Deputado. Até à década de oitenta, houve as lixeiras; depois, houve os aterros – isto é para vermos que estamos de acordo

1h.
Pedro
P.

em algumas coisas. Os aterros foram, até há um ano ou dois atrás, subsidiados. A aposta da União Europeia era nos aterros. Só que agora já percebemos que os aterros não permitem dar resposta às necessidades a que cada vez mais o mundo nos obriga. E, portanto, vamos passar para o produtor pagador, que já é feito em muitas cidades, em Portugal também vai ser iniciado, que é ter um cartão e depositar com esse cartão, que é logo para a sua conta, o limite de quilos que tenha por semana. -----

Alguém me dizia uma coisa, e é verdade: estamos mesmo a ver, se fizermos isso sem um tempo onde as pessoas percebam o que é que vão fazer, o número de sacos do lixo que vamos ter por aí. Mas, esse caminho é aquele que vamos ter que trilhar. O que não está correto é colocar a TGR sem trilhar esse caminho. -----

E, portanto, quando pergunta o que é que as Câmaras tinham que fazer, as Câmaras fizeram tudo o que tinham que fazer, e que a União Europeia obrigava: foi acabar com as lixeiras e passar para os aterros. Isso era o que tínhamos que fazer, foi a política nacional, não há outra – pelo menos que eu conheça. -----

Quanto ao poço, eu também não concordo muito com o poço – sou-lhe sincero, não concordo, acho que aquilo ficava muito melhor no projeto que a Câmara enviou. Agora, nós, na zona histórica, temos uma coisa que se chama DRCN, que dá os pareceres – e deu parecer, e colocou aquilo. -----

Agora, o que estava antes, estava melhor, que ninguém sabia? É possível visitar, ou não é, e saber que ali estava um poço? -----

Quanto aos postes, alguém até já trouxe aqui uma reportagem a uma Assembleia, eu acho é que devia fazer a reportagem a seguir, porque isso é que é ser de alguma forma coerente. E não podemos esquecer-nos, muitas vezes, quando estamos dependentes de entidades terceiras. E o caso da luz é um exemplo acabado disso. Também não sei se hoje funciona melhor com a E-Redes, se funcionava melhor com a EDP, não sei, mas tínhamos um contacto muito mais próximo quando a EDP estava por aqui. -----

Agora, Sr. Deputado Diogo, eu sou-lhe sincero, que às vezes não o percebo. É que lê tão rápido, que às vezes me parecem aqueles anúncios enganosos de publicidade, e ninguém sabe o que é que aconteceu. Eu não sei se é propositado quando faz isso, mas se é, se eu não responder a alguma coisa... -----

Quando me disse que entrei de pé esquerdo, deve ter sido o meu grande erro, porque como o senhor disse que era ... virar à esquerda, eu lá o quis compensar, e aí deu asneira. Palavras suas, eu estou a ir só pelas suas palavras. -----

Toda a gente sabe que eu me orgulho muito da profissão que tenho, e é para onde eu vou regressar. Eu espero que o Sr. Deputado também tenha orgulho da profissão que tem, ou que quer ter, ou que pensa que tem, ou que pensa que virá a ter. Eu gostava que também o tivesse,

11
Pedro
P.

porque isso faz de nós melhores pessoas. Quando eu utilizo a parte que o senhor critica, eu, pelo contrário, utilizo porque acho que é a melhor forma de me fazer entender, essa é a minha profissão. Nenhum de nós aqui, como já foi dito também, é político de profissão. Ou melhor, eu estou na política, não sou político; como muito bem disse, daqui a três anos, sairei. Outros têm aspiração de se tornar políticos, ser políticos e profissionais da política, vamos ver se o conseguem. Essa é que é a grande questão. -----

Portanto, eu acho muito bem uma Oposição forte, acho muito bem que traga aqui os seus problemas, acho muito bem até que seja aplaudido quando é menos educado, porque eu não uso nunca as formas de “donzela” que esteja de alguma forma comprometida com alguma palavra. Acho que a política é isso mesmo, porque eu sei que quando sairmos daqui, cumprimentamo-nos ali com correção e com agrado de nos vermos. E, portanto, o discurso mais ou menos inflamado, eu até gosto dele. Agora, não me podem é pedir a mim para não o ter, tenho que o ter também, como é óbvio. -----

Portanto, isto para vos dizer somente que onde o senhor vê desgraça, eu, pelo contrário, vejo crianças e vejo empreendedores. Onde o senhor vê desgraça e tudo negro, eu vejo, nessa ausência que o senhor vê, vejo futuro. E onde nós vemos tradição, temos que ver também esse futuro e oportunidade. E o senhor, enquanto estiver nesse buraco negro, não consegue ver umas coisas, nem outras. -----

Felizmente, o Concelho de Torre de Moncorvo soube reconhecer, em 2021, com uma grande vitória para o PSD / CDS. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Presidente. -----

PONTO 2 — AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2023. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Diogo Oliveira** (PS). -----

-----O Presidente de Mesa: E dava novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Sr. Presidente, como tem sido normal, e sempre foi normal – se repararem, nas contas deste ano já não está o empréstimo que foi contraído, de 500.000€, porque foi liquidado, na parte que foi utilizada – e neste ano, estamos a aumentar para 750.000€, sendo certo que – para que não haja dúvidas – este tipo de empréstimo não conta para o limite legal de endividamento. Não conta, está excecionado, como também não contam

11
Pedro
Cl.

para o limite legal de endividamento os empréstimos que se possam ou queiram fazer na comparticipação nacional de obras financiadas. -----

Portanto, este é um empréstimo de tesouraria, entra em vigor a 1 de janeiro, tem que estar terminado a 31 de dezembro. Se repararem, como eu volto a referir, não está já sequer nas contas o que foi pedido, porque foi utilizada a verba que teve que ser utilizada, e foi paga. E, portanto, neste momento, já não há nenhum empréstimo de curto prazo no Município de Torre de Moncorvo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Diogo Oliveira faça favor. -

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

No seguimento da análise do Ponto n.º 2, é necessário, em primeiro lugar, perceber-se qual é o objetivo do empréstimo bancário. Obras, Sr. Presidente, ou são nulas, ou se encontram inacabadas. Podemos invocar novamente o Miradouro de Mós, que nem vários “cento e oitenta dias” lhe chegam para concluir a obra. Podemos falar do Matadouro. E, Sr. Presidente, quer que cite mais obras, ou ficamos por estas? -----

Qual é a razão pela qual o Município de Torre de Moncorvo precisa deste empréstimo, visto que o valor acrescentado ao Município é zero em uma década com V. Exa. como Presidente? -----

Gostava muito de vir aqui parabenizá-lo pelo trabalho desenvolvido, acredite que gostava mesmo, mas o que quero dizer, quando ainda hoje os munícipes do concelho andam à procura de obra de valor e com marca no concelho? É que eu não sei, nem esta Assembleia sabe, qual é a razão de ser de mais este empréstimo. Todos acreditamos que o Sr. Presidente saberá justificar a esta Assembleia a necessidade de tal empréstimo. -----

Sr. Presidente, é questionável a necessidade deste empréstimo. Então, o Sr. Presidente vem aqui gabar-se de que financeiramente o Município nunca esteve tão bem, e hoje, o Sr. Presidente anda aflito atrás de empréstimos? Afinal, parece que o Sr. Presidente não trabalhou tão bem assim. -----

Da forma e do modo como o Sr. Presidente se exprime, o Município de Torre de Moncorvo equipara-se a uma caixa-forte da Disney, na qual o Sr. Presidente – ou seja, o Tio Patinhas – exibirá um enorme talento na natação. No entanto, pelo que conseguimos ver, anda a nadar, sim, mas a nadar em nada e em coisa nenhuma, algo que esta Assembleia Municipal facilmente consegue concluir. Nem obras, nem dinheiro, nem ideias, nem dinamismo, um Município sem rumo e sem capitão ao leme. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

M.
Edo
P.

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. -----

Sr. Deputado, essa do Tio Patinhas teve piada, por acaso. Mas, sabe que os meus preferidos são o Pateta e o Duffy Duck, quando fazem determinadas figuras. -----

Portanto, só para lhe dizer o seguinte, Sr. Deputado: o empréstimo é um empréstimo para fazer face a dificuldades de tesouraria que possa haver. Se reparar nas contas, as dívidas de terceiros ao Município de Torre de Moncorvo, só em participações, o Estado deve-nos 4.150.000€, Sr. Deputado. Os 7% que aqui já foram falados, ainda não foram liquidados. -----

E o senhor, se vir a capa do JN de hoje, sabe o que é que diz? Eu sei que o senhor, quando abrir a capa do JN, vai ficar – perdoe-me a expressão – “babado” com a mensagem que aparece lá, que é do Sr. Primeiro Ministro, mas deve ver é o título, que diz “Governo desvia fundo das Câmaras para pagar obras nas escolas”. É isto que deve ler, está aqui na capa do JN. -----

Portanto, a Câmara – e aceitava as suas críticas se viesse aqui dizer que aquilo que contraímos para 2022, se não estivesse pago. Isso é que eu aceitava as suas críticas. -----

Agora, nem lhe vou responder, obviamente, porque sei que o senhor sabe o que é um empréstimo de tesouraria, e sei que o senhor sabe também que o ano do empréstimo de tesouraria se conta de 1 de janeiro a 31 de dezembro. Anos houve em que se defendia nestas Assembleias Municipais, sob proposta do Sr. Presidente de Câmara – e ainda há aqui pessoas que se lembram disso, e com a qual eu concordava, atenção, com a qual eu concordava – que o ano não devia ser o ano civil; devia ser o ano em que se utilizava, porque se o senhor só o utilizasse, por exemplo, em junho, devia dar até junho do ano seguinte, porque isso é que é um ano, os trezentos e sessenta e cinco dias. E defendia-se aqui. -----

Agora, o que se está aqui a questionar não é o pagamento, o pagamento é feito; a utilização é que pode ser – imagine o Sr. Deputado que tínhamos necessidade agora de o utilizar, só agora em dezembro. Até 31 de dezembro tinha que ser pago. E isso não era um ano, como nós entendíamos; é o ano civil. Mas, tinha toda a lógica que as Câmaras, para solver um problema de tesouraria, que muitas vezes não é culpa delas, pudessem solvê-lo nesse ano da primeira utilização. Sempre foi esta a questão que se colocou, e mais nenhuma. -----

E até lhe vou dizer uma coisa, que aproveito já para o ponto seguinte: na altura, eram votados os empréstimos a curto prazo até ao limite legal de endividamento, independentemente de se saber qual era o valor. Era assim que era votado, para permitir solver compromissos ou dificuldades de tesouraria que aparecessem. -----

Eu penso que fui claro na resposta. A única questão que sempre nos dividiu aqui não era essa necessidade da tesouraria, que nunca nos dividiu; era exclusivamente colocar-se um ano de trezentos e sessenta e cinco dias, ou um ano civil, de 1 de janeiro a 31 de dezembro. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Segunda ronda de inscrições. Sr. Deputado Diogo Oliveira, penso que é só. Faça favor. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Muita conversa temos, mas nada fazemos, Sr. Presidente. Para conversar, sento-me à mesa do café. Aqui, Sr. Presidente, estamos em trabalho, estamos a fazer política em prol do Município, e é por isso que aqui e em qualquer local devemos respeito aos cidadãos que nos elegeram. --- Pela análise da informação, muito tardiamente disponibilizada, conseguimos perceber que, de facto, a melhor proposta para a contratação de empréstimo de curto prazo é apresentada pelo Banco Crédito Agrícola. Deve ser do conhecimento de todos os membros desta Assembleia Municipal, mas muitos bancos não estão a conceder empréstimos de taxa fixa devido ao período de instabilidade económica e financeira provocado pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Esta instabilidade tem provocado um aumento da taxa Euribor. É previsto que a taxa Euribor aumente cada vez mais, não sabendo o quanto. Existem previsões, mas tratam-se apenas de previsões.- Acredito que não é o conjunto de juros e encargos que vá afundar o Município num poço sem fundo de dívidas, mas é fundamental que se perceba a razão do mesmo. E é por isso que eu também questionei, devido ao facto também – e temos que clarificar nesta Assembleia Municipal, mais uma vez, como já foi aqui citado por outros deputados – que o seu passado neste Município é rico de festas e festanças, mas é pobre em ideias que realmente fortaleçam e engrandecem o nosso concelho. -----

Por isso, vou abster-me. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, não sei se pretende responder. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado, agradeço o voto, como o fez. Só para lhe dizer que, obviamente, veio ao encontro daquilo que a comissão de análise também fez, que sendo a taxa fixa, está salvaguardado o interesse da Câmara. Não é só trabalho, e falar, falar e falar, como o senhor diz – aliás, se o Sr. Deputado falou aqui, foi educação, saúde, tudo o que ainda está nas mãos do Estado. Vejo que critica pouco a Câmara e muito o Poder Central. ----- Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Irámos passar, então, à votação do Ponto n.º 2, Autorização para a Contratação de Empréstimo a curto prazo para o ano de 2023. A Sra. Deputada Catarina Lopes ausentou-se por motivos de conflito de interesses. -----

11.
Pedro
P.

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com 21 votos a favor, 2 contra (dos deputados José Aires e Altina Pinto) e 4 abstenções (dos deputados Luís Miguel Lopes, Sílvia Santos, Diogo Oliveira e António Júlio Andrade), **autorizar a “contração de um empréstimo junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, até ao montante de 750.000,00€ em regime de conta-corrente, com a taxa de juro fixa de 0,50%, com pagamento de juros postecipadamente em prestações trimestrais e aprovar a minuta do contrato”.** -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- Estava ausente da reunião no momento da discussão e votação deste assunto, por se declarar impedida, a Deputada Catarina Lopes. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** -----

-----**Declaração de voto** -----

“Devido ao incumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – RJAL, em articulação com o artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo no que concerne à entrega da ordem do dia e da respetiva documentação, podendo vir a ser consideradas nulas e de nenhum efeito todas as deliberações tomadas, venho por este meio justificar o meu voto contra.” -----

E entrego na Mesa, para anexar à ata. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

PONTO 3 — ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL PARA O ANO DE 2023.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Tiago** (PS), **José Aires** (PS), **Diogo Oliveira** (PS), **João Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **Luís Miguel Lopes** (PS) e **Bernardo Silva** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** O Sr. Presidente prescinde. Primeira ronda de intervenções. Tem a palavra o Sr. Deputado Fausto Tiago. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e demais presentes nesta sala. --- Antes da minha intervenção propriamente dita, estou em completo desacordo com o Sr. Presidente da Câmara quando diz que aqui não é para fazer discurso político – foi isto que disse. Ora, se não fazemos aqui discurso político, passamos quatro anos sem fazer discurso político, porque, de facto, aqui é uma Assembleia, e é para fazer discurso político. Não é só nas campanhas eleitorais que se faz discurso político. Eu penso que o Sr. Presidente disse isso, não sei se foi equívoco, mas provavelmente o Sr. Presidente, no fundo, acha que aqui é para fazer discurso político. -----

Outra questão, Sr. Presidente: há pouco, alguém disse que lhe chamaram “malabarista”, que era um insulto. Não é insulto nenhum, isto é, política, nós muitas vezes usamos metáforas para classificar as pessoas, mas não é, de facto, nenhum insulto. Isto é política, nós temos que ter abertura para essas questões. Já fui chamado aqui de “pau mandado”, e não achei que fosse um insulto. É um termo que usamos para fazer política uns com os outros. -----

Eu começaria por chamar o Sr. Presidente de “ilusionista”, quando diz que a Câmara de Bragança teve uma perda absoluta de pessoas superior à de Moncorvo. Sr. Presidente, em termos absolutos, é evidente que tinha que ser assim, porque basta à Câmara de Bragança ter uma perda, em termos relativos, de 1%, para ter uma perda absoluta muito maior do que teve, por exemplo, Moncorvo. Isto é uma introdução, isto é, política, já vou ao Orçamento. Isto é uma Assembleia política, Sr. Presidente. -----

Mas, então, começando pelo Orçamento, eu já perguntei ao meu companheiro José Aires se viu alguma coisa no Orçamento sobre a famosa ponte pedonal de Peredo dos Castelhanos. Eu não vi, ele também não viu, não sei o que é feito da famosa ponte pedonal de Peredo dos Castelhanos, que o Sr. Presidente, há dois anos, anunciou como uma ideia luminosa. Mas, nem a obra aparece, nem a ideia é sua, porque a ideia, segundo me vim a aperceber, é de um empresário do Peredo. De facto, acho a ideia luminosa, e acho que o Sr. Presidente devia fazer tudo para a incluir no Orçamento, só que é muito difícil – é muito difícil. O Sr. Deputado está enganado, eu nunca fui contra, sempre fui a favor, e o Sr. Presidente sabe. O que eu achei é que a ideia não tem pernas para andar. Por quê? Porque o Sr. Presidente anunciou isso sem qualquer estudo, sem consultar ninguém, sem falar com ninguém, foi uma coisa que surgiu assim. E tanto que foi isso que nunca mais voltou a falar nisso, nunca mais voltou a falar na ponte pedonal, nem aparece no Orçamento. Já foi há dois anos, e agora não consta lá nada no Orçamento sobre essa questão. -----

Mr.
Peredo
Ed.

Já agora, relativamente ao Orçamento – e eu acho que por aí, o Sr. Presidente está muito bem, o aproveitamento dos Lagos do Sabor para o turismo, o turismo ligado à natureza, porque esse, de facto, pode trazer turistas. Não é a Feira Medieval que traz turistas a Moncorvo, porque ninguém vem a Moncorvo para participar ou para ver a Feira Medieval; vêm pessoas para ver coisas diferentes daquilo que veem nas suas terras, principalmente os turistas estrangeiros, vêm para ver aquilo que é diferente, não para ver aquilo que veem lá, com muito mais qualidade. --- E eu já aqui uma vez sugeri que no nosso concelho há sítios que são, de facto, espetaculares para o turismo de natureza, já uma vez fiz a proposta do aproveitamento dos Moinhos da Ribeira de Peredo / Urros, que separa o termo de Peredo e Urros. Há três ou quatro moinhos que estão em completo abandono, e que provavelmente as pessoas estarão dispostas a entrar num acordo para a sua recuperação. É a primeira vez que falo, e alerto o Sr. Presidente de que há no Peredo um sítio com muita qualidade para turismo da natureza. Não é em frente ao Coa – lá agora tem os passadiços, que estão na moda, o Sr. Presidente pode aproveitar também os passadiços, não para o Coa, mas para a nossa zona, e para aquela zona que eu lhe vou indicar, que é o Vale das Taças, que é um ribeiro em que, numa das margens, tem socalcos, feitos provavelmente há duzentos anos, com paredes de pedra, algumas com dois e três metros de altura, que estão em perfeitas condições, só que as pessoas passam no caminho e aquilo passa despercebido, porque só é monte, só é mato rasteiro, silvas, etc. Aquilo é, de facto, um sítio que merecia um estudo, ser englobado num dos tais sítios da natureza para visitar, tem os tais socalcos, já há duzentos anos, que depois o Douro foi buscar, agora fazendo com máquinas e com todas as facilidades que isso traz, na altura era muito complicado, era tudo trabalho braçal. Há socalcos feitos em pedra, há ribeiros que estão completamente encanados com muros de um lado e de outro em pedra, há uma fonte mesmo no ribeiro – uma fonte em pedra mesmo no ribeiro – há pombais, há casas de pedra. Quem passa, não se apercebe, só se apercebe quem, de facto, vai lá, e tem conhecimento da situação. -----

E eu aconselhava o Sr. Presidente, além dos Lagos do Sabor, provavelmente no concelho haverá outros sítios que mereciam ser estudados e ser acarinhados pela Câmara no sentido de constarem no Orçamento – hoje em dia, penso que a Europa está mais virada, não para o alcatrão, como já disse o Sr. Presidente hoje, mas sim para estes tais sítios, que são os sítios onde as pessoas... Nós hoje olhamos e dizemos assim: “Como é que as pessoas conseguiam viver a fazer paredes em pedra? O que é que elas comiam?” De facto, aquilo era um trabalho muito inglório, que nós hoje temos que homenagear. E homenagear é ir recuperá-los, para os mostrar aos nossos descendentes – porque eu tenho filhos, e provavelmente eles não conhecem, assim como a maior parte das pessoas da freguesia não conhece. E muitas vezes, andar a gastar dinheiro em inutilidades, como eu estou a ver já aí em muitos sítios do nosso concelho – e o Sr. Presidente, se calhar por aí também não terá muita culpa; em algumas terá, noutras não terá.

M
Pedro
Ed.

Mas, de facto, penso que esta era uma situação – já disse, há mais, de certeza absoluta, no concelho, mas esta da Ribeira da Açoreira e do Peredo, e o tal sítio do Vale das Taças, que é um sítio que merecia pelo menos uma visita por algum técnico da Câmara, para ver se está ali algum potencial, ou não, mas, de facto, eu acho aquilo uma coisa que merecia ser vista e admirada, e provavelmente haveria muitas pessoas que nos visitariam para fazer precisamente essa visita. -----

Acho que o turismo da natureza tem futuro, e é por aí que nós devemos ir, e não por coisas postíças – coisas postíças, que é como eu classifico. A Feira Medieval, para mim, é uma coisa postíça para nós, não tem tradição. Têm mais tradição as feiras quinzenais, que o seu Executivo tem desprezado e não tem acarinhado, tem empurrado para os arrabaldes da vila, querer acabar a Feira de Moncorvo – eu recordo-me de a Feira de Moncorvo ser feita no Largo da Igreja e na Praça Principal. Aliás, o Sr. Presidente tem na Praça Principal, na Praça Francisco Meireles, está lá uma tabuleta, no edifício onde era o antigo Banco Nacional Ultramarino, que diz assim: “Os judeus estiveram aqui e disseram que isto, de facto, era o local ideal para fazer comércio.” Não sei se foi o Sr. Presidente que mandou colocar a placa, provavelmente foi. -----

Mas, penso que a feira quinzenal deveria ser acarinhada, deveria ser trazida para o centro da vila, as pessoas da vila com que às vezes falamos, nos dias de feira, a feira acontece e a vila nem sequer se apercebe de que a feira acontece. É uma realidade, Sr. Presidente. Os cafés, há vinte ou trinta anos, no dia de feira, estavam cheios. Também pode dizer que havia mais gente; havia mais gente, mas hoje as pessoas vêm à feira e não vêm à vila, é mau. É mau as pessoas virem num autocarro, fazem compras na feira, e terem que se deslocar do fundo da vila para o outro extremo da vila. Eu ainda não percebi por que é que o Sr. Presidente não põe os autocarros no centro da vila a receber e a largar passageiros durante um determinado momento – cinco minutos para receber e largar passageiros. -----

Havia um comerciante do Concelho de Moncorvo que tinha um café ali perto, que me dizia assim – e não é agora, Sr. Presidente, é já do tempo do Executivo anterior – dizia assim: “Fausto, nós aqui estamos enclausurados, fecharam-nos aqui no centro da vila, não temos acesso a nada.” O homem dizia que estavam ali bloqueados, fecharam-nos a praça. A praça onde antigamente havia vinte, trinta pessoas a receber os autocarros, iam aos cafés, iam comer um bolo, iam beber um café, iam beber uma cerveja, e hoje em dia as pessoas vão à feira, fazem compras na feira, e para virem para o terminal, eu sei lá. Ou têm carro, ou então... -----

Lembro mais uma vez que isto foi um discurso mais político do que outra coisa, não só sobre o Orçamento, embora com algumas coisas do Orçamento. Se não esteve enquadrado, peço desculpa. -----

14
Edw
P.

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Antes de começar a minha intervenção, há pouco estava a referir-lhe ali do meu lugar, quando o Sr. Deputado Fausto estava a fazer a intervenção e a referir-se à população, e à perda de população do nosso concelho – que é um facto que nos preocupa a todos – o senhor, na sua intervenção, fez uma interpelação a dizer que se devia cingir ao Orçamento. Eu vou só dizer-lhe, eu não sei se o senhor teve a oportunidade de ler o PPI e o Orçamento, no Ponto n.º 3, mas lá vem referida a perda de população, na descrição que é feita pelo Sr. Presidente da Câmara. Portanto, enquadra-se perfeitamente, porque está na própria documentação que nos foi enviada – a tarde e a más horas, mas ocorreu. -----

Relativamente à intervenção, a fabulação dos números é apanágio deste Executivo Municipal. Desde 2013, ao longo dos vossos mandatos, temos assistido à narração fantasiosa da importância dos eventos, que tão depressa são acolhidos, como descartados. E porque é importante ter memória das opções inconsequentes levadas a cabo ao longo destes nove anos, vou relembrar algumas. -----

Em 2014, 2015 e 2016, tiveram lugar provas do Campeonato Nacional e Europeu de Motonáutica na Foz do Sabor. Afirmava o Sr. Presidente da Câmara que era uma aposta ganha, para manter, e que estavam a pensar implementar uma escola de motonáutica. Em 2016, foi estabelecido um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a Federação Portuguesa de Motonáutica, e para o efeito, a Câmara Municipal transferiu 7.500€. Falta saber o valor pago pela autarquia nestes eventos, desde 2014. -----

Escola de Futebol Dragon Force, teve início no dia 5 de setembro de 2015, e acabou em 2021. Em 7 de junho de 2019, o Gabinete de Desporto enviou informação à reunião de Câmara, dando conhecimento da realização, nos dias 15, 16, 22 e 23 de junho de 2019, de um Encontro de Escolas Dragon Force, com a presença de noventa e duas equipas, mais de mil e seiscentos alunos, e centenas de encarregados de educação. Afirmava o Sr. Vice-presidente na imprensa escrita que a realização deste torneio no Município foi uma aposta ganha. *“É para nós um motivo de orgulho Torre de Moncorvo ter sido escolhida para se descentralizar pela primeira vez este torneio para fora do Grande Porto”, sublinhou Victor Moreira, visivelmente orgulhoso, não só pelo torneio em si, mas por tudo aquilo que a competição envolve e movimenta.* E justificava: *“O feedback que temos recebido dos pais é excelente, o que se tem visto na restauração e alojamento é muito positivo, com os alojamentos todos ocupados e os restaurantes com filas de espera nas horas das refeições.”* Surpresa das surpresas, tão maravilhoso que era, acabou-se em 2021. -----

14
Pedro
P.

Entretanto, resta saber os valores pagos pela autarquia a uma associação desportiva do litoral, neste caso, o Futebol Clube do Porto. -----

De acordo com as afirmações do Presidente e Vice-presidente, a Feira Medieval em 2015 teve vinte e cinco mil visitantes; em 2016, superou este número; em 2017, trinta mil visitantes, chegando a ouvir o Presidente da Câmara referir o número oitenta mil, penso que em 2019. O Vice-presidente afirmou na imprensa escrita que num estudo efetuado, os montantes levantados nas caixas ATM atingiram os 300.000€ durante a Feira Medieval. Ora, consultada a ficha do INE do ano de 2018, constata-se que no mês de abril, a taxa de variação homóloga foi negativa em menos 5,2%. Não posso deixar de referir que na ficha relativa a 2021, ano em que não se realizou a Feira Medieval, a taxa homóloga dos movimentos nas caixas ATM no mês de abril apresentou uma taxa positiva de 72,7%. -----

O Campeonato Nacional dos Carrinhos de Rolamentos teve provas em Torre de Moncorvo durante três anos consecutivos – 2015, 2016 e 2017. Pelos vistos, acabou-se. -----

E não posso deixar de referir as duas grandes bandeiras culturais: o Prémio Literário Campos Monteiro e o Prémio de Investigação Prof. Dr. Santos Júnior. O primeiro teve uma única edição, acabando o júri zangado, e o prémio pago foi de 5.000€. Quanto ao prémio de investigação, não se conhece nenhuma atividade. -----

Também relembrar a constituição da Efi-Duero Energy SCEL, ver as Grandes Opções do Plano de 2018, que nos prometia uma poupança média entre 30% a 40% nas faturas mensais de eletricidade. “*Paroles, paroles*”, como dizia a canção, palavras leva-as o vento. -----

Esta introdução tem a ver com os próximos eventos nacionais e mundiais, de que nos dá conta o Sr. Presidente nas demonstrações orçamentais previsionais para 2023. -----

Em 2021, decorreu nos Lagos do Sabor uma prova de pesca achigã em embarcação, organizada pela Federação Portuguesa de Pesca Desportiva. Estiveram presentes trinta e uma embarcações, e sessenta e dois atletas oriundos de vários locais, de norte a sul do país, e ainda uma equipa francesa. Foram gastos dois mil e quinhentos litros de gasolina, abastecidos pelos diversos postos de abastecimento de vila, e foram registadas setenta dormidas por noite. -----

Para a realização destes eventos, a Câmara Municipal aprovou transferir 10.000€ para a Associação Norbass – Clube de Pesca Achigã, que tem sede em Bragança, fora do Concelho de Torre de Moncorvo. Já não refere números registados nas várias provas seguintes, que decorreram este ano. E para 2023, está acordada e protocolada com a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva a realização do Campeonato do Mundo de Pesca Desportiva. Espera-se que tenha continuidade, afirmando as potencialidades dos Lagos do Sabor ao país e ao mundo, e que não passe de mais um fogacho com chama curta. Esperar para ver. -----

14
leito
fl.

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra ao Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente a este ponto, seria necessário que este Orçamento Municipal para o ano de 2023 se demarque pelos seguintes fatores: em primeiro lugar, que dê resposta à inflação a que estamos sujeitos, visto que as retribuições se mantêm e o poder de compra diminui; em segundo lugar, que dê resposta à subida acentuada do preço dos bens essenciais, visto que hoje, quando vão ao supermercado, as pessoas têm necessidade de escolher os produtos que vão adquirir, sendo de referir a enorme subida do preço dos combustíveis e da energia, e como o Sr. Presidente sabe, o automóvel é um veículo mais do que necessário para as pessoas se poderem deslocar dentro do nosso concelho. -----

Relativamente ao crédito habitação, poderia pronunciar-me, mas fi-lo numa das últimas intervenções anteriores, e não há necessidade de me repetir. -----

Em terceiro lugar, é fundamental que seja dada resposta às necessidades, seja a nível familiar, pessoal, empresarial, ou qualquer tipo de instituição, assim como uma resposta à perda populacional. Sr. Presidente, veja se estou a discursar de forma pausada, para conseguir apanhar tudo, não vá dizer que eu ando aqui a correr de sapatilhas, aqui dentro. -----

É do conhecimento de todos que já foram apresentadas diversas medidas por parte do Partido Socialista, todas elas rejeitadas. Mas, também todos sabemos que o Município nunca foi capaz de apresentar uma alternativa mais capaz, porque o Executivo parece um poço vazio de ideias. Entretanto, já dei várias voltas a este Orçamento e não encontrei nada previsto para dar seguimento à moção *“Torre de Moncorvo como palco da solidariedade, exemplo de acolhimento e promotor do crescimento e investimento do interior”*. Como é do conhecimento desta Assembleia Municipal, no dia 29 de abril do presente ano, foi aprovada esta moção, a qual foi apresentada por mim e subscrita por todos os deputados municipais do Partido Socialista. -----

Sr. Presidente, esta moção foi apresentada, aprovada, e até saiu nos meios de comunicação social e nas redes sociais, e não é para arrumar numa gaveta; esta moção foi aprovada e é mesmo para ser trabalhada. Desta forma, Sr. Presidente, queira V. Exa. esclarecer onde se encontra previsto neste Orçamento dar seguimento a esta moção. É que eu também já dei ali voltas ao Orçamento, e volto a repetir, não encontro em lado nenhum. Não sei se algum deputado consegue vir aqui e dizer-me em que página é que está, ou o Sr. Presidente consegue ver isso, eu desconheço. -----

Adicionalmente, poderia estar aqui numa análise económico-financeira detalhada, mas sempre que coloco uma questão deste foro, o Sr. Presidente é incapaz de responder. Por isso, vou apenas colocar-lhe duas questões muito simples, para ver se é capaz de dar resposta a isto –

14
Pedro
Cl.

pelo menos, já que a questões mais técnicas não sabe, pode ser que pelo menos a isto consiga dar resposta. -----

Em primeiro lugar, gostaria que me soubesse responder ao seguinte: em que aspetos é que este Orçamento representa uma verdadeira resposta a todas estas questões? E em segundo, qual é a grande bandeira deste Município para o próximo ano? -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Leonardo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Eu saí aqui de Moncorvo com dezassete anos para estudar no Porto, como 80%, se calhar, dos meus colegas também saíram. Eu, por acaso, voltei, muitos não voltaram. E isso não foi há dez anos. Eu sei que muitos voltaram, mas também muita gente não voltou. Eu tenho cá filhos, mas esses meus colegas que saíram daqui não têm aqui filhos, têm onde estão. E nessa altura, o Hospital Distrital não foi feito aqui em Moncorvo, deixaram-no fugir para Mirandela, não há cá universidades. Ou seja, quem é que vai cá viver? Como eu referi, eu tive que ir com o meu filho para as urgências de Foz Coa. Quem é que está disposto a isto? Será que as pessoas querem cá viver? Não é só culpa da Câmara, é culpa de todos nós, e temos todos de batalhar para isso. Acho eu que nessa parte nos devemos unir, e proponho, se calhar, na próxima Assembleia fazermos uma proposta conjunta para refletirmos com a ULS a forma de termos melhores condições de saúde, porque ainda por cima não temos hospitais privados. ----- Agora relativamente ao Orçamento, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar a favor deste Orçamento de continuidade, no apoio aos mais desfavorecidos e vulneráveis, na dinamização turística do nosso concelho, não esquecendo novos projetos, como a construção do novo pavilhão na Escola Visconde de Vila Maior (cerca de 1.100.000€), e a tão esperada requalificação da Serra do Reboredo (1.500.000€), tudo isto num período de constante aumento de despesa com pessoal, de aumento do custo dos transportes escolares, ainda por cima com os resíduos também, e combustíveis. -----

E nesse aspeto dos resíduos, que também já foi falado aqui, é aí que eu quero agradecer ao Governo do PS, por mais um imposto que vamos pagar, conjuntamente com a fatura da água. Mais uns euros que o povo vai pagar, são mais cerca de 0,20€ por metro cúbico de água. Agora, façam as contas. Mas, esse imposto vai ser pago por quê? Depois, dizem que a água está mais cara, e esquecem-se dos resíduos, e desta medida socialista de apoio ao ambiente, que o contribuinte é que paga. Ou seja, o Estado, para implementar medidas pelo ambiente, cria um imposto, e nós pagamos. E não se esqueçam que é o Governo Socialista que está a fazer isso, e não venham dizer que é a Câmara Municipal que está a pagar, não venham dizer que a água está a aumentar, e não venha o Sr. Deputado Luís Lopes dizer que a água está a aumentar, que

1h
Sessão
P.

a água está cara. E água está cara, e sabe quem é que a criou? Não foi o Governo do PS que privatizou a água? Quem foi? Não foi o PSD. -----

Também não esquecemos a Covid e os gastos de 650.000€, que foram gastos, e que o Governo só deu 75.000€. -----

O nosso voto é “*sim*”, com a diminuição das taxas, mais rendas sociais, e continuar a aproveitar todos os projetos e fundos comunitários disponíveis. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Para terminar esta ronda, o Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Só um pequeno parêntesis, já agora, também. Dizer ao Sr. Presidente da Câmara que não é novidade para ninguém que gosto de o ouvir falar, é evidente que gosto de o ouvir falar, e estou sempre com atenção àquilo que o senhor fala. Às vezes dá uma no cravo e outra na ferradura, mas pronto, isso é normal, cada um é assim. -----

Sr. Presidente, quando eu falo na taxa dos resíduos, os Municípios deveriam promover a recolha seletiva e a reciclagem para diminuir a quantidade em aterro. Todos os Municípios que não fizeram isso viram aumentadas as taxas. Você não fez isso, Presidente. Até tirou um ecoponto da área junto da Casa da Roda. -----

O sentimento é recíproco, todos nós temos legitimidade de falar daquilo que acharmos bem, desde que não vá ofender ninguém. Mas, relativamente à Rua do Poço, tenho mais legitimidade para falar na Rua do Poço, ainda sou do tempo de jogar lá ao berlinde, ainda sou do tempo de no verão falhar a água na torneira, mas depois foi corrigida essa situação com a construção de barragens que o Sr. Presidente da Câmara ofereceu à ADIN. Em relação a esse assunto, acho que tenho mais legitimidade. -----

Em relação ao João Leonardo, concordo plenamente contigo em relação à questão da saúde, tens toda a razão e tens todo o meu apoio. -----

Em relação à questão das taxas e dos impostos, eu vou agora dizer ao Presidente por que é que vamos ter essa taxa: vamos ter essa taxa porque a Câmara não fez o trabalho de casa. Todas as Câmaras tiveram este aumento, é evidente, as Câmaras que não fizeram o trabalho de casa.- O Sr. Presidente da Câmara não fez, pronto. Isso é verdade, Presidente, não pode dizer que não é. -----

Bem, vamos lá, então, falar do Orçamento, muito rapidamente. -----

Sr. Presidente, não sei se já reparou, mas com este Orçamento, já é o décimo que apresenta – é verdade, dez anos, é uma data que até devia ser comemorada, não fossem eles sinónimo de uma data praticamente perdida para o nosso concelho. -----

Na minha opinião, neste momento, o mais importante será tentar perceber alguns números que nos foram apresentados nos últimos anos. Reparem, ano após ano, fomos assistindo à apresentação e aprovação de Orçamentos empolados, e o de 2023 é aquele que vai provar isso.- Na última prestação de contas, tive oportunidade de questionar isso, e ninguém me respondeu.- Sr. Presidente, tendo em conta a situação financeira da Câmara Municipal, tem a certeza que este Orçamento é executado? Bem sei que me vai dizer que um Orçamento é um documento previsional, prevê que assim seja. Os números que tem apresentado, para si, são uma certeza; para mim, são uma dúvida. -----

Repare, tirando a despesa com pessoal, juros e despesa de capital, você já gastou ao Município mais de 31.000.000€. Para si, este valor é uma certeza, e para mim, continua a ser uma dúvida.- Pergunto-lhe pela segunda vez: onde gastou este dinheiro? Como é que conseguiu gastar mais dinheiro nestes últimos anos do que a totalidade da dívida deixada pelo anterior Executivo? Nas suas palavras, a dívida que herdou foi de 23.000.000€; você já orçamentou cerca de 152.000.000€, e em execução média, cerca de 100.000.000€, mais uma prova de que a sua política é empolar Orçamentos, orçamentou 52.000.000€ a mais nos últimos anos. -----

Sr. Presidente, deixe-me que lhe diga, você deve ter algum fetiche pelo número “cinquenta e dois”. Primeiro, orçamentou 52.000.000€ a mais nos últimos anos, e agora vem dizer, numa das suas declarações de voto, que 52% deste Orçamento é na área social. Os 52.000.000€ que orçamentou a mais nos últimos anos são verdade, mas os 52% deste Orçamento na área social são uma inverdade. Você está a somar cultura, desporto, educação, turismo. Ora, isto não é social; destina-se às pessoas, como tudo o que a Câmara faz, mas não é apoio social. Não pode chamar “apoio social” ao valor gasto nestas áreas. Apoio social é o apoio às pessoas, às famílias que passam mais dificuldades, e para as quais o PS tem apresentado respostas. -----

Sr. Presidente, já agora, e para lembrar que a regra do endividamento de 2002 era completamente diferente das de hoje. Passaram vinte anos, e você ainda anda com essa questão. Mas, é Presidente ou é historiador? Desculpe lá fazer esta pergunta, mas tem de ser. - Meu caro Presidente, esperava melhor argumentação da sua parte. Para além de melhor argumentação, exigia-se explicações, e não desviar a atenção de hoje para uma votação com mais de vinte anos, com regras de contabilidade pública que não podem ser sequer comparadas. Já agora, o apoio aos idosos para os lares, é graças ao PS que está no Orçamento. Como costumam andar a reboque das nossas ideias, lá tiveram que tirar esta da gaveta. O PS não tem de ficar de novo com os louros, e os seus não continuarem a dizer que anda a reboque do PS. - Outra situação que já foi falada aqui, e que também acho que carece de uma explicação, tem a ver com o décimo quarto lugar do Município a nível de execução financeira. Sr. Presidente, desculpe-me lá, mas isto é uma caricatura, acaba por ser uma caricatura, mas já o estou a ver na varanda do Largo do Castelo, com uma bandeira a dizer “*Ficámos em décimo quarto lugar a*

14
Edu

Ed.

nível da execução financeira". Mas, esqueceu-se que atrás de si está a Câmara Municipal gerida por si, e que você teve que pedir um empréstimo de mais de 100.000€ ao Fundo de Apoio Municipal para pagar os ordenados aos funcionários do Município. Que execução financeira é esta, quando um Presidente de Câmara tem que pedir um empréstimo de mais de 100.000€ para pagar despesa corrente? -----

Sr. Presidente, termino com uma certeza e com uma dúvida. A certeza é que você, ao empolar os Orçamentos, ou é sinal de incompetência na gestão autárquica, ou é para não ter que fazer alterações permutativas. Assim, só você e alguns que estão consigo é que põem e dispõem da gestão autárquica. Nós não precisamos de gestor de votos, nós precisamos de bons gestores autárquicos. -----

A dúvida: por que é que continua a fazer isto? -----

Obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado pelas questões, e peço desculpa por não ter conseguido não sorrir, porque eu gostava que me dissesse onde é que está – os vencimentos já foram pagos – onde é que está o empréstimo, onde é que ele está. -----

Bom, mas já que começa por aí, quero dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado: é o seu Governo, a ineficácia do seu Governo, o aparelhismo partidário do seu Governo, que coloca "boys" a ganhar quatro, e cinco, e seis, e sete mil euros, que faz com que o país esteja onde está. E depois, vêm com a aplicação do FAM para que as Câmaras que queiram aproveitar, venham fazê-lo. E a Câmara de Moncorvo vai aproveitá-lo, e as trezentas e oito. Sabe por quê? Porque o rácio não dá sequer para cobrir a despesa que os Municípios tiveram que fazer com a Covid, e arranjam aqui uma forma de dizer: "Não, temos aqui a disponibilidade, podem vir ao FAM". Não se esqueça que o FAM foi constituído em 50% pelos Municípios, e em 50% pelo Estado, no tempo da troika.- Sabe qual foi um dos primeiros Municípios a ir buscar dinheiro, porque estava em insolvência técnica? É a gestão que vocês preconizam, foi Portimão, foi o primeiro. Sabe qual foi o segundo, que teve que ir lá o Presidente atual? Foi Aveiro, preconizado pela vossa gestão. E que caminhava a passos largos na gestão que tiveram aqui no Município de Torre de Moncorvo. ---- Portanto, o FAM permite 100.000€ a vinte e cinco anos, a taxas reduzidas. Acha que isso implica alguma coisa para o Município? -----

Mais, Sr. Deputados, antes de o utilizarmos, há de ir a Tribunal de Contas, e ainda nem isso o FAM disse que havia ou que não havia; foi uma parangona de jornal. Agora, o senhor, por métodos ilusionistas, como diz o Sr. Deputado Fausto, já disse que foi utilizado para pagar os

1h
Pedro
P.

vencimentos. Eu sei o que é não ter dinheiro na conta, em novembro de 2013, para pagar aos funcionários, eu sei o que isso é. -----

Portanto, dizer.... -----

... agora já me disse que esteve cá, que não tenha visto pessoas de fora, que não tenha visto pessoas a consumir, que o mercado, que os restaurantes e a própria atividade hoteleira não vão buscar nada à Feira Medieval, eu percebo isso. Mas, percebo também uma coisa: é que o êxito das coisas, às vezes, é contrário e é superior quando caímos num buraco. O êxito das coisas é que nos dói, às vezes é assim, pronto. -----

Mas, agradeço os seus contributos, e brevemente, depois desta Assembleia Municipal, entraremos em contacto consigo para irmos ver o sítio do Vale das Taças, e as ribeiras, onde é que preconiza isso, porque isso, nós agradecemos, e como disse, e muito bem, hoje em dia, está tudo muito mais virado para o meio ambiente e os percursos pedestres, do que propriamente para o alcatrão. Portanto, muito obrigado por isso. -----

Quanto à feira quinzenal, é como diz, foram vinte ou trinta anos em que havia gente que vinha à feira quinzenal, hoje não. Mas, mesmo assim, não foi desprezada; melhorámos as condições, e até isentámos os feirantes, quando foi necessário, das taxas municipais. -----

Bom, Sr. Deputado José Aires, é óbvio que todos os Executivos têm uma modalidade que é os princípios evolutivos, e nós também. É o princípio evolutivo de ver em algumas organizações o que é que dá, o que é que não dá, em que é que vamos apostar. Pior é quando sistematicamente e durante anos – para não dizer décadas – apostamos no mesmo meio de desenvolvimento e na mesma atividade que só trazia prejuízo para a Câmara Municipal, porque laborar no erro é pior do que ter várias opções. -----

Dizer-lhe só uma coisa, que eu estive aqui a ver, não sei se pode ser erro meu ou seu, mas tenho aqui o Norbass – Clube de Pesca ao Achigã, sede na Avenida das Amendoeiras, n.º 50, Loja B, 5160-304 Torre de Moncorvo. Outro tiro ao lado. -----

E, portanto, eu gostaria de discutir aqui também sobre o Orçamento. E, portanto, sobre o Orçamento, dizer duas coisas. Além do ilusionismo, o Sr. Deputado Luís Lopes trouxe-nos agora algo de novo, é a previsão – já me disse, com o pagamento dos salários do FAM, antes de existir o dinheiro, foi para pagar os salários, e provavelmente o subsídio de férias, digo eu – mas também agora uma medida que consta deste Orçamento – estamos a falar do apoio às ERPI's – que foi uma medida do PS, e que nós fomos a reboque. Isso até deslustra os seus camaradas de Partido. Deslustra, sabe por quê? Porque essa medida – e o regulamento foi apresentado em reunião de Câmara de 5 de abril de 2021; quando é que foi a proposta? É que a proposta até foi a medo levada à reunião de Câmara pelo Sr. Vereador, neste mandato, e depois foi-lhe lido o regulamento que já tinha sido aprovado em 5 de abril, e que o mesmo disse que desconhecia. E o senhor volta com isso? É que na minha declaração de voto, eu já disse que aquilo tinha sido

16
Pedro

Q.

uma inverdade. Primeiro, pensei que tinha sido uma distração, mas depois percebi que tinha sido uma inverdade. -----

Portanto, 5 de abril de 2021. Não é preciso calçar sapatilhas para correr para percebermos que as eleições só foram no final do ano de 2021, e a tomada de posse em outubro de 2021. Portanto, se foi aprovada numa reunião de Câmara de 5 de abril, é fácil de ver que esta ideia, se foi copiada por nós, não foi certamente – e aliás, é uma das coisas que não gosto de fazer, é copiar. -----

Mas, dizer-lhe também que temos aqui, Sr. Deputado Diogo, várias coisas que o senhor podia ter visto, nomeadamente o apoio na criação de emprego, que a Câmara vai dar aos empresários, aos novos empresários. Portanto, é uma solução; se não vir outras, pelo menos pode ver essa. -

Mas, continuamos com os mesmos apoios sociais: os medicamentos gratuitos, as deslocações ao IPO gratuitas, o transporte não urgente de doentes gratuito, os protocolos para as habitações que estejam degradadas, de pessoas que não tenham condições para um soalho, uma casa de banho, um telhado, a Câmara faz isso. E também podia ter visto aqui aquilo que eu entendo que, em termos sociais, será o mais relevante, que é acabar com a indignidade e as más condições das pessoas nas suas próprias habitações. O Primeiro Direito é uma realidade, e aí está outra solução. Comprámos habitações e estamos na reabilitação primeiro a colocar o dinheiro da Câmara, porque é um projeto que é contra recibo. Portanto, é mais uma medida que aqui está também plasmada neste Orçamento, entre muitas outras que podíamos dizer. -----

O caráter social está aqui. Quando nós falamos do caráter social, 52%, o Sr. Deputado Luís Lopes disse muito bem, está aqui, mas essa é que é a parte social. O senhor não está a falar de extratos desfavorecidos. É que no social, às vezes, confundem estas duas situações. O social são 52%, dentro das áreas que falou, e bem. Agora, estas são as medidas. -----

Sr. Deputado Diogo, disse-me para não andar a correr com sapatilhas. Quem tem que andar a correr com sapatilhas não sou eu; quem tem que andar a correr com sapatilhas são aqueles que querem estar aqui, estamos a ver as coisas no inverso. Mas, tão inverso é que o senhor até disse: uma deliberação tem que ser acatada. Não, o Orçamento é um documento previsional da responsabilidade do Executivo, e que traz à Assembleia Municipal para votar. Nós, Executivo, não temos que incluir nada; temos que seguir o nosso programa. O senhor está equivocado com essas coisas, está equivocado em tudo, porque eu ainda olhei para o lado, para um lado e para o outro, a pensar: “Será que eu é que estou enganado em estar aqui, e nós perdemos as eleições?” Caiam na real, quem perdeu as eleições foram vocês. Caiam na real. Eu sei que ainda custa a engolir, mas caiam na real, foram vocês que perderam as eleições, e só têm uma Junta de Freguesia, antes vocês tinham mais. -----

Portanto, Sr. Deputado, este é o documento que este Executivo assume. E o senhor, e os seus camaradas, e todos os deputados, assumem a intenção de voto que querem ter. -----

Mas, lamento que não tenha visto aqui duas situações que são, em concreto, para a Freguesia

1h
Pedro
G.

de Mós. E o senhor poderia perguntar quais, e eu digo: “Então, veja o documento, já que o estudou tantas vezes, para trás e para a frente.” E tenho dúvidas que até ao final desta reunião, o senhor me consiga dizer quais são. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Segunda ronda de intervenções do Ponto n.º 3. Há quatro pedidos de intervenção. -----

Em primeiro lugar vai intervir o Sr. Deputado Luís Lopes. -----

-----**O Deputado Luís Miguel Lopes:** Muito rapidamente, Sr. Presidente, muito obrigado pelas suas respostas e pela sua intervenção. Vejo que é uma pessoa que tem um elevado nível de conhecimento, a nível nacional, e ainda bem, consegue falar de maneira fácil e correta dos problemas nacionais. Só que depois, a nível local, o que é que se passa? Tem uma capacidade enorme de falar a nível nacional, e ninguém lhe tira esse mérito, mas a nível local, não é capaz de pôr em prática aquilo que pensa a nível nacional. Sr. Presidente, por favor, olhe para Moncorvo, homem. -----

Respondeu a quase todas as questões, mas há uma que não respondeu: onde é que gastou os 31.000.000€, Sr. Presidente, em oito anos? -----

Quando eu digo que é para pagar vencimentos, despesas correntes, vencimentos são despesas correntes, não estou enganado, pois não? -----

Relativamente ao social, eu acho que o Sr. Presidente está a confundir aí um bocadinho esse conceito. Mas, pronto, é a minha opinião. Ou será que é a sua ideologia que lhe turva a vista em relação a este tema? -----

Obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Diogo Oliveira. -----

-----**O Deputado Diogo Oliveira:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Em primeiro lugar, relativamente à Freguesia de Mós, só tenho uma resposta a dar-lhe, Sr. Presidente: vamos ver é se o Sr. Presidente é capaz de honrar as suas palavras, porque palavras, leva-as o vento, o que ficam são os atos. -----

E já lhe disse há bocadinho, e dei-lhe esta dica: é importante sair à rua, entrar em contacto com todos os munícipes, ir porta a porta, ver as obras, não é só estar à janela do Município a acenar e a dizer que está aqui presente. Estar aqui presente é ir ao terreno, isso é ser um bom político. Sr. Presidente, o Sr. Presidente tem o hábito de insultar os deputados municipais como estagiários, mas a julgar pelo teor do presente Orçamento, transparece que o único estagiário

h
Pedro

h.

aqui é V. Exa. Não percebo é como é que existem estagiários de dez anos, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. Alguns deputados vêm aqui e dizem que algumas pessoas têm a mania que são auditoras quando, de facto, percebem de auditoria, mas nunca se questionaram por qual razão nunca tiveram capacidade de vir aqui pronunciar-se sobre estas matérias de forma construtiva. -----

Como seria de se prever, o Sr. Presidente não consegue apresentar um Orçamento que dê resposta a estas questões que são pertinentes. Adicionalmente, não tem uma verdadeira resposta à moção aprovada na Assembleia Municipal de abril, dando corpo à ideia crescente de que parece andar a brincar com os deputados e com os munícipes. Anda com as festas e com as festinhas, as festas passam, e as pessoas vão, Sr. Presidente, se entende o que quero dizer. Desta forma, tenho uma pergunta final: Sr. Presidente, quando termina o estágio que anda aqui a fazer, e, de facto, se debruça sobre temáticas a sério, que acrescentam valor ao concelho? --- E relativamente à questão das sapatilhas, eu não disse que o Sr. Presidente precisava de sapatilhas; eu disse que estava a discursar de forma mais pausada para o Sr. Presidente, na próxima intervenção que fosse fazer, não me acusasse que eu é que andava aqui de sapatilhas a fazer maratonas aqui dentro. Foi isso que eu quis dizer. Não deturpe as palavras dos deputados. -----

E só para terminar, o meu voto é contra. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Bernardo Silva. -----

-----**O Deputado Bernardo Silva:** Sr. Presidente, muito obrigado. -----

Antes de mais, aqui uma pequena nota introdutória. Creio, efetivamente, que a Oposição – e já o disse aqui várias vezes – é boa quando vem com propostas, e concordo com a linha que o deputado Fausto apresentou aqui. Efetivamente, o turismo ambiental e sustentável pode ser, e vai ser, um potenciador daquilo que são as nossas economias locais, e acredito efetivamente que o Executivo acompanha o Sr. Deputado para poderem projetar, caso viável, esse conjunto de ideias. -----

Relativamente à Feira Medieval, respeito a sua opinião, efetivamente é um evento que marca o ano na nossa vila, e muito bem, um evento de carácter já nacional. Quem nela está e visita, vê, efetivamente, que traz pessoas de todos os lados do país, e que ajuda a economia local.-----

Infelizmente, não tivemos durante os anos da pandemia, mas agora voltámos, e muito bem. ---- Dito aqui estas notas, tenho reparado que a grande maioria do conjunto das críticas ao Orçamento olha pouco para o Orçamento em si, são críticas de âmbito político, do Sr. Presidente e do Executivo. -----

1h.
Pedro
Q.

No entanto, deixaria só aqui duas ou três notas. Este é um Orçamento que já vem com força política, é um Orçamento que continua com a visão de sustentabilidade da dívida do Município, prevemos para o próximo ano já baixar da barreira dos 6.000.000€. É um Orçamento que está preparado para alavancar os próximos quadros comunitários, é um Orçamento que segue a linha dos outros Orçamentos, e que cumpre aquilo que foi prometido em campanha eleitoral. É, sim, um Orçamento de continuidade, é um Orçamento que apoia o empreendedorismo, e é um Orçamento que leva Moncorvo – esperemos nós – ao longo dos próximos anos para cada vez mais potenciar, e desenvolver, e aproveitar os próximos fundos para alavancar a nível social – como disse o Sr. Deputado – a nível do turismo, e a nível de infraestrutura. -----
Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. E para terminar esta ronda, o Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Verifica-se que na obra denominada “*requalificação e modernização do ensino da atividade física na Escola Visconde de Vila Maior*”, os encargos / pagamentos só estão previstos serem realizados durante o ano de 2023. Refiro-me a esta obra porque na reunião anterior foi apresentada a proposta de repartição de encargos pelos anos de 2022 e 2023. A reunião foi em setembro, já houve mais que tempo para inserir os valores autorizados pela Assembleia Municipal. -----

Consultado o Orçamento de 2022, para esta obra estavam previstos pagamentos no valor de 450.000€. Agora, neste plano orçamental plurianual para 2023, para este investimento, não consta qualquer valor na coluna 14, referente ao ano de 2022. Desapareceram os 450.000€ (ver pág. 458/22). O valor previsto para o próximo ano totaliza 1.100.000€, ou 1.600.500€? Peço que me esclareçam se há duplicação deste Projeto n.º 13/2021. -----

Na passada reunião, tive ocasião de manifestar reservas quanto a este assunto, uma vez que faltavam três meses até ao fim deste ano de 2022, tempo curto para a realização daquele valor de obra. Sr. Presidente, isto quer dizer que a obra só se vai realizar em 2023? -----

Os documentos enviados, submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, não vêm acompanhados do parecer obrigatório emitido pelo Conselho Municipal de Juventude, previsto na Lei. Para relembrar, uma vez que estão ou andam a fazer-se de esquecidos, nos termos da Lei n.º 8/2009, de 19 de fevereiro, que cria o Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, refere o art.º 7.º, n.º 1, que compete aos Conselhos Municipais de Juventude pronunciar-se e emitir parecer obrigatório, não vinculativo, sobre as seguintes matérias: -----

h
Pedro
B

a) Linhas de orientação geral da política municipal para a juventude, constantes do plano anual de atividades; -----

b) Orçamento Municipal, no que respeita às dotações afetas às políticas de juventude e às políticas setoriais com aquelas conexas. -----

Já o art.º 8.º estabelece como se processa a emissão dos pareceres obrigatórios, que passo a citar: -----

1. Na fase de preparação das propostas de documentação relativas às alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo anterior, a Câmara Municipal reúne com o Conselho Municipal de Juventude para apresentar e discutir as linhas gerais das políticas de juventude propostas pelo Executivo Municipal, assim como para que o Conselho Municipal de Juventude possa apresentar eventuais propostas quanto a estas matérias; -----

2. Após aprovação pelo Executivo Municipal do plano anual dos documentos a que se aludem nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo anterior, é competência da Câmara Municipal enviar esses documentos, bem como toda a documentação relevante para análise ao Conselho Municipal de Juventude, solicitando a emissão do parecer obrigatório, não vinculativo. -----

As atitudes tomadas até agora por parte do Presidente da Câmara Municipal e do Vice-presidente, que por delegação de competências tem presidido às reuniões, demonstram bem a desvalorização conferida ao Conselho Municipal de Juventude de Torre de Moncorvo. A ligeireza com que o Sr. Presidente da Câmara Municipal trata este órgão municipal não dignifica as funções para as quais foi eleito. Mais uma vez, somos confrontados com a incompetência do Presidente da Câmara Municipal e o desrespeito pela Lei e pelos membros do CMJTM.-----

As notícias vindas a público sobre os resultados definitivos dos Censos 2021 dão conta de que Bragança é o único distrito do país onde todos os concelhos perderam gente. A maior redução de população registou-se no Concelho de Torre de Moncorvo, com 20,42% de perda populacional. É uma notícia que nos deve deixar a todos preocupados. Há nove anos que este Executivo está em funções, e não se veem medidas concretas, tendentes a inverter a situação.- Terminou, afirmando que não augura nada de bom para o futuro da população e do concelho a afirmação expressa pelo Presidente da Câmara Municipal, de que este é um Orçamento de continuidade das políticas levadas a cabo por este Executivo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Terminadas as intervenções, dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Duas situações. A primeira, para dar os parabéns aos alunos da Escola Municipal Sabor Artes, que delinearam as capas que constam do Orçamento, e que lhe será entregue, devidamente

11.
Rebo
el.

encaixilhadas, e com uma menção da Câmara Municipal a agradecer. Foi-lhes proposto um tema, e eles perceberam, apesar da tenra idade, que uma das grandes apostas era a rearborização do Reboredo, e curiosamente, todas elas fizeram qualquer coisa sobre o Reboredo. E, portanto, um agradecimento à Escola Municipal Sabor Artes, aos professores e aos alunos. -----

Depois, dizer também que neste Orçamento está prevista a conclusão – vamos tentar através do REACT – do fundo de resiliência, 300.000€, que é de um programa que se chama “Devolver à Terra o que é da Terra”. Ora, o “Devolver à Terra o que é da Terra”, foi o único Município a fazer esta candidatura, em termos do REACT – estamos a falar de fundos de resiliência – foi o Município de Torre de Moncorvo, que é exatamente a compostagem, o que fomos aqui acusados que não tínhamos feito. -----

Mas, dizer também que já foi aprovado e candidatado também, em termos da eficiência do “Devolver à Terra o que é da Terra”, um programa através da Associação de Municípios do Douro Superior. -----

Portanto, o dinheiro, é assim que se gasta, mas tentando ir buscar o máximo possível aos fundos comunitários. E por isso é que atingimos também, em termos do Distrito de Bragança, o segundo melhor do ranking em termos de captação de fundos comunitários – que também é uma coisa que nos deixa cheios de orgulho – e também o décimo quarto a nível do Norte, e o octogésimo a nível do país. -----

Portanto, é de fácil consulta, está no Anuário da CCDR, os montantes que nós gastámos e quanto é que conseguimos em termos de fundos comunitários. E isto para dizer que a ideologia, obviamente, aqui não me turva a vista; a única coisa que temos – e acho que aí é comum – é tentar conseguir o maior número de fundos para trazer para o concelho. -----

Depois, dizer que quanto ao centro escolar, o que está aqui previsto é a totalidade para o ano que vem, mas ainda estamos no Orçamento de 2022. E, portanto, no Orçamento de 2022 temos verba para gastar em obra, sendo certo que o visto do Tribunal de Contas chegou há coisa de duas semanas, talvez. E, portanto, temos isso, e a obra tem que iniciar, até porque, como sabem, nas empreitadas pode-se pedir um adiantamento, e nós temos que ter isso previsto em Orçamento. O que for gasto este ano será, obviamente, descontado do próximo ano. -----

A última intervenção que quero fazer é desejar-vos a todos um feliz natal, a vocês e às vossas famílias, por uma razão simples: eu estava a olhar aqui para o relógio – aliás, o Sr. Deputado Luís Lopes via isso – é que foi marcada de urgência uma reunião com a CCDR e com os oitenta e seis Municípios, por causa da preparação do Conselho Regional e dos apoios do 2030, sendo certo que a necessidade dessa urgência tem em conta a postura que a CIMDouro aprovou, dentro dos dezanove Municípios, que foi votar contra o próprio Programa 2030. E tem a ver só com esta questão dos 75% em exclusivo para o litoral, e poderem os Municípios do litoral vir em

1h
Redes

17.

concorrência aos 25% que é para os Municípios do interior. A nossa postura é que não devia ser os 75%, mas se querem os 75%, sim senhor, mas a concorrência devia ser só entre Municípios do interior, para os 25%. -----

E foi marcada para as duas e meia, em Viana do Castelo, com os oitenta e seis Municípios, para preparar o Conselho Regional, que será feito dia 21 de dezembro. E por isso, o Sr. Vice-presidente fica aqui a presidir aos trabalhos do Executivo, sob a presidência da Assembleia Municipal. -----

E mais uma vez, para todos e para as vossas famílias, um ótimo natal. Se não for com abundância, que seja pelo menos com saúde. -----

Obrigado a todos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Então, iríamos passar à votação do Ponto n.º 3. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, com 21 votos a favor, 5 contra (*dos deputados José Aires, Altina Pinto, Luís Miguel Lopes, Sílvia Santos, Diogo Oliveira*) e 2 abstenções (*dos deputados António Júlio Andrade e Fausto Tiago*), **aprovar as “Demonstrações Orçamentais e Previsionais para o ano de 2023 e respetivos Anexos”**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** -----

-----**Declaração de voto** -----

“Tendo em consideração que as políticas inerentes ao Orçamento agora apresentado mantêm a mesma linha de atuação que contribuíram para a diminuição de 20,42% da população do concelho, o pior resultado do Distrito de Bragança e um dos piores do país; -----

Tendo em conta que o Orçamento não vem acompanhado do parecer obrigatório do Conselho Municipal de Juventude previsto na Lei; -----

*Considerando a falta de esclarecimentos do Executivo Municipal relativamente à empreitada “Requalificação e modernização do ensino da atividade física da Escola Visconde Vila Maior”;---
E ainda, devido ao incumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I da Lei n.º*

75/2013, de 12 de setembro – RJAL, em articulação com o artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo no que concerne à entrega da ordem do dia e da respetiva documentação, podendo vir a ser consideradas nulas e de nenhum efeito todas as deliberações tomadas; -----
Pelos motivos acima referidos venho por este meio justificar o meu voto contra.” -----
Entregarei na Mesa, para ser anexo em ata. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado José Aires. -----

PONTO 4 — REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DE EMPREITADAS, PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE BENS. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Vice-Presidente, faça favor. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Obrigado, Sr. Presidente. Aproveito para desejar um bom dia – embora a hora já seja adiantada, e já seja quase “boa tarde” – a quem não cumprimentei à entrada da reunião, e agradecer a vossa presença, e a todos por estarem aqui. -----

À semelhança dos anos anteriores, é para repartição de encargos de empreitadas, prestações de serviços e fornecimento de bens. Isto não era obrigatório vir, a listagem completa, mas nós achamos, para ter mais transparência, trazer todos os que estão e os que constam na Base.Gov, para conhecimento de todos, e para aprovação. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Vice-Presidente. -----

Sr. Deputado José Aires penso que é só. Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** Dos cinquenta e três procedimentos administrativos que constam da tabela enviada a esta Assembleia Municipal, salta desde logo à vista a repartição de encargos da empreitada “Requalificação e modernização das instalações do ensino da atividade física escolar de Torre de Moncorvo”. Espera-se que se trate da mesma empreitada prevista nos PPI’s de 2022 e 2023. A designação nestes documentos é a seguinte: “Requalificação e modernização das instalações do ensino da atividade física da Escola Visconde de Vila Maior”. -----
Consultado o portal Base.Gov, verifica-se que a obra foi adjudicada em agosto deste ano, pelo

114
Pedro
Et.

valor de 1.034.053,15€, acrescidos de IVA. No contrato assinado entre o Presidente da Câmara e o adjudicatário, Manuel Joaquim Caldeira, na cláusula sexta, é declarado que o encargo é repartido por dois anos económicos – o valor de 424.528,30€ tem cabimento no Orçamento de 2022, o valor restante da despesa, 609.524,87€, a realizar no ano económico de 2023, foi autorizado em reunião de Câmara de 1 de agosto de 2022. Foram esses os valores propostos e aprovados na passada reunião de 30 de setembro desta Assembleia Municipal. -----

A justificação dada pelo Sr. Presidente devia-se ao facto de a repartição de encargos ter de ser enviada para o Tribunal de Contas. Agora, a mesma obra volta a fazer parte desta listagem de repartição de encargos, mas com valores diferentes. A proposta para o ano de 2022 passa de 424.528,30€ para 450.000€, e o de 2023 passa de 609.524,87€ para 646.096,34€. A diferença é de mais 62.043,17€. A que se deve esta discrepância, e por que motivo não veio correto logo à primeira? -----

Uma vez que já me chumbou – e tenho pena que tenha tido que abandonar a sessão – e nem dava nota para ir a oral, face à Lei n.º 8/2012, de 20 de fevereiro, no art.º 6.º, n.º 1, alínea c), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os Municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da Administração Local. -----

Sr. Presidente, o órgão que tem competência para autorizar a assunção de encargos plurianuais é a Assembleia Municipal. Tendo em conta o aumento da despesa prevista para o ano de 2023, a celebração do contrato não foi precedida da deliberação da Assembleia Municipal, na observância do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e no art.º 12.º do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, normas que exigem autorização prévia do órgão deliberativo na assunção de compromissos plurianuais. -----

O Sr. Presidente celebrou o contrato e assumiu o compromisso para 2023, sem lhe ter sido concedida pela Assembleia Municipal a devida autorização prévia. Poderemos concluir que foi cometida uma alegada ilegalidade por parte do Sr. Presidente, uma vez que não cumpriu os procedimentos legais? -----

A continuada negligência e falta de cuidado na elaboração dos documentos manifestam o desrespeito e a falta de consideração para com este órgão deliberativo por parte do Presidente da Câmara e do Presidente da Assembleia Municipal. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal também não cumpre a Lei. Ou o atraso na entrega e disponibilização da documentação aos membros desta Assembleia Municipal dentro do prazo previsto na lei foi um mero expediente dilatório para impedir o esclarecimento dos assuntos que fazem parte da ordem de trabalhos? -

16
Pedro
Bl.

Triste sina a do nosso concelho, com a gestão errática e ao sabor das conveniências da coligação PSD / CDS. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado, prescinde? Sr. Vice-presidente, faça favor. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Obrigado, Sr. Presidente. ----
Em termos jurídicos e em termos de citação da Lei, evidentemente que não é a minha área, nem o poderei fazer. Mas, convido V. Exa., se não se importar, e se tiver uma máquina calculadora no seu bolso – o seu telemóvel com certeza terá isso – os valores do contrato são sem IVA, e os valores aqui apresentados são com IVA. Basta somar o IVA das empreitadas, que comprova o valor que tem. Simples quanto isso. -----
Mais nada, Sr. Presidente. Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Vice-Presidente. -----
Segunda ronda? Não há inscrições. -----
Passamos, então, à votação do Ponto n.º 4. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, deliberou por maioria, com 22 votos a favor, 4 contra (*dos deputados José Aires, Altina Pinto, Sílvia Santos, Diogo Oliveira*) e 1 abstenção (*do deputado António Júlio Andrade*), **autorizar e aprovar a “Repartição de Encargos dos Anos de 2022/2023 e seguintes e, assunção dos encargos que dão lugar a encargos orçamentais em mais do que um ano económico constantes da referida relação”**. -----

-----*Estava ausente da reunião no momento da votação o deputado Luís Miguel Lopes.* -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** -----

-----**Declaração de Voto**-----

h.
Redes
G.

"1. Devido ao incumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – RJAL, em articulação com o artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo no que concerne à entrega da ordem do dia e da respetiva documentação, podendo vir a ser consideradas nulas e de nenhum efeito todas as deliberações tomadas; -----

2. Dadas as incorreções e incongruências detetadas na análise do documento submetido por parte da Câmara Municipal a esta Assembleia, os insuficientes esclarecimentos prestados pelos seus representantes e a assunção pelo Sr. Presidente da Câmara de compromissos plurianuais sem autorização prévia da Assembleia Municipal, matéria da estrita competência deste órgão municipal, respeitante à obra de Requalificação e modernização das instalações do ensino da atividade física da Escola Visconde de Vila Maior, nos termos da Lei em vigor, nomeadamente a Lei n.º 8/2012, de 20 de fevereiro, o art.º 6.º, n.º 1, alínea c) e o Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, art.º 12.º; -----

Pelos motivos acima referidos venho por este meio justificar o meu voto contra." -----

Declaração de voto que irei entregar na Mesa, para ser apensa à ata. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. -----

PONTO 5 — PROPOSTA – DESIGNAÇÃO DE JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM – CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU DA UNIDADE ORGÂNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----O Presidente de Mesa: Este assunto já veio aqui à Assembleia, mas houve um pedido de escusa de dois membros. Mas, o Sr. Vice-presidente, melhor do que eu, poderá falar sobre isso.-

-----O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira): É precisamente isso, Sr. Presidente, este assunto já veio aqui, já foi aprovado aqui em Assembleia. No entanto, houve o pedido de dois membros do júri, pedido de escusa para o júri desse concurso, em que nós, para substituição do mesmo júri, temos que trazer novamente aqui à Assembleia Municipal.-----
Muito obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: E temos que votar o júri na totalidade. -----
Mas, antes disso, está aberta a discussão. Quem pretende intervir? Não há intervenções. -----

lh
Pedro
Ed.

Está ali projetado o júri, este é o novo júri para o procedimento concursal comum – Cargo de Direção Intermédia de 3.º grau da Unidade Orgânica de Planeamento e Gestão Urbanística. ---
Vamos, então, votar o Ponto n.º 5. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deliberou por maioria, com 19 votos a favor, 1 contra (do deputado José Aires) e 6 abstenções (dos deputados Altina Pinto, Sílvia Santos, Luís Miguel Lopes, António Júlio Andrade, Fausto Tiago, Luís Marcelino Lopes), **aprovar a “designação do júri proposto para o respetivo procedimento”**. -----

-----Estavam ausentes da reunião no momento da votação os deputados Bernardo Silva e Diogo Oliveira. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** -----

-----**Declaração de Voto**-----

“Devido ao incumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – RJAL, em articulação com o artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo no que concerne à entrega da ordem do dia e da respetiva documentação, podendo vir a ser consideradas nulas e de nenhum efeito todas as deliberações tomadas, venho por este meio justificar o meu voto contra.” -----

Irei agora entregar na Mesa, para ser apensa à ata. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, mais uma vez, Sr. Deputado. -----

PONTO 6 — ALTERAÇÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Vice-presidente, faça favor. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Sr. Presidente, se me permite, irei deixar à Sra. Vereadora a possibilidade de poder fazer a introdução. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu só pedia uma certa rapidez, atendendo à hora de almoço. -----

-----**A Vereadora da Câmara Municipal (Maria da Piedade Meneses):** Bom dia a todos. -----

Penso que todos os Srs. Deputados já estão a par da situação da Estratégia Local de Habitação.- Nós, ao longo deste ano e meio, procurámos atualizar a Estratégia no sentido de incluir o maior número de famílias em situação de habitação indigna, e reajustar os investimentos que estavam previstos na primeira Estratégia. -----

Neste momento, o trabalho foi feito pela nossa rede social, em colaboração com todos os elementos do CLAS, e também foram convidadas as imobiliárias a estarem presentes, e no fundo, a comunidade foi convidada a estar presente nas diversas reuniões de trabalho que se realizaram durante vários meses. -----

E a conclusão a que chegamos é que, neste momento, nós temos um acréscimo de mais cinquenta e nove agregados familiares em situação de habitação indigna. Neste momento, são cento e sessenta e cinco famílias, num total de trezentas e catorze pessoas, que foram identificadas pelos diversos organismos que constituem o CLAS. -----

Estes agregados foram incluídos agora – estes cinquenta e nove agregados – com as respetivas tipologias, na nova Estratégia Local de Habitação. -----

Convém também dizer que o montante que estava inicialmente previsto, de 7.600.000€, em que tínhamos assinado já acordo de comparticipação com o IHRU, neste momento, o nosso cálculo é de 17.500.000€. Este valor terá que ser aprovado. Neste momento, o documento encontra-se no IHRU a ser analisado, e estabelece as soluções habitacionais para as cento e sessenta e cinco famílias, e alguns reajustamentos, nomeadamente na questão da comunidade cigana que vive na Cadeia. -----

Eu não me quero alongar, porque sei que a hora já vai tardia, mas convém que, se houver possibilidade de lerem cautelosamente a Estratégia, que a pág. 21, a pág. 26 e a pág. 42 servem de resumo e de soluções para as questões de habitação social em Torre de Moncorvo. -----

Sem este documento, nós não podemos candidatar as novas soluções ao IHRU, e estamos numa espécie de contrarrelógio. O Ministério da Habitação estabeleceu como solução, ou identificou como um prazo para a construção destas candidaturas até 30 de junho de 2026. Às primeiras vinte e seis mil casas que sejam construídas, é pago 100% a fundo perdido. As que vêm a seguir são financiadas como estabelecia o Programa “*Primeiro Direito*”, com comparticipações que variam entre os 45% e 55%. -----

Por isso, neste momento, nós estamos com uma empreitada da Câmara Municipal, estamos a arranjar solução para os beneficiários diretos conseguirem fazer as obras – que são setenta e

M
Pedro
P.

duas casas, são setenta e duas soluções individualizadas, por isso, não é a mesma facilidade com que nós fizemos na Divisão Técnica o arranjo, a reabilitação dos bairros. Inicialmente só tínhamos uma IPSS a concorrer, que está com a candidatura, neste momento, a ser apresentada por nós ao IHRU, e neste momento já temos diversas Juntas de Freguesia e diversas IPSS's a candidatarem-se a estas ajudas. -----

Por isso, a nossa questão agora é conseguir rapidamente apetrechar a Câmara Municipal, neste caso, ou arranjar solução para os setenta e dois beneficiários diretos, porque a Câmara se comprometeu a apoiá-los na parte que dizia respeito às estimativas orçamentais, levantamentos das casas, e estamos a tentar resolver isso o mais rapidamente possível. -----

Por isso, quando ouvirem falar no PRR, que transferiu o Programa "*Primeiro Direito*" para o PRR, já sabem que para as primeiras vinte e seis mil casas, a nível nacional, irão ser financiadas a 100%; as seguintes irão ser pagas de acordo com o que estava estabelecido no Programa "*Primeiro Direito*". Para isso, é necessário que todas as soluções habitacionais que nós queremos candidatar integrem este documento. E por isso, a necessidade de se fazer uma alteração. -----

Sem prolongar mais, é isto que temos para dizer. Se por acaso a Assembleia entender que quer mais algum tipo de esclarecimentos, eu disponho-me, e a empresa que colaborou connosco na realização deste trabalho, a trazê-la cá para qualquer tipo de esclarecimento, ou dúvida, ou outra questão. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sra. Vereadora. -----

Estão abertas as inscrições para o Ponto n.º 6. Não há inscrições. Passamos, então, à votação do Ponto n.º 6. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 26 votos a favor, 1 contra (do deputado José Aires) e 1 abstenção (do deputado Diogo Oliveira), **aprovar a "alteração à Estratégia Local de Habitação"**. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Uma declaração de voto? Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** -----

-----**Declaração de Voto**-----

"Devido ao incumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – RJAL, em articulação com o artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo no que concerne à entrega da ordem do dia e da respetiva documentação,

11.
Pedro
Ch.
podendo vir a ser consideradas nulas e de nenhum efeito todas as deliberações tomadas, venho por este meio justificar o meu voto contra.” -----

E vou passar a entregar na Mesa, para ser apensa à ata. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. -----

PONTO 7 — EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO CÔA (AMVC). -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Diogo Oliveira** (PS).-----

-----O Presidente de Mesa: Este ponto é para tomada de conhecimento. Sr. Vice-presidente, faça favor. -----

-----O Vice-Presidente da Câmara Municipal (**Victor Moreira**): Sr. Presidente, este ponto é só para tomada de conhecimento. Se nós tivéssemos a intenção de sair da Associação de Municípios do Vale do Côa, estando ela a vigorar, teríamos que trazer aqui à Assembleia para votação. Neste caso, trazemos para conhecimento, porque foi a própria extinção da Associação de Municípios do Vale do Côa, que se extinguiu. -----

E, portanto, é só para darmos conhecimento. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Vice-presidente. -----

Sr. Deputado Diogo Oliveira, faça favor. -----

-----O Deputado **Diogo Oliveira**: Obrigado, Sr. Presidente. -----

Todos temos conhecimento de que o último mandato se realizou entre 2013 e 2017, e nas eleições para esse mandato foram propostas duas listas, uma para a Assembleia Intermunicipal e outra para o Conselho de Administração, em que o Sr. Presidente Nuno Gonçalves estava presente nessa lista como vogal. -----

Através da análise da documentação, verifica-se a existência de diversos indícios da não existência de atividade ou intenção de exercer atividade desde 2017. -----

Sr. Vice-presidente, o que é que estes dados significam? Querem dizer que não há atividade há cinco anos? Não existe mesmo qualquer indício de atividade desde então? -----

Tendo em conta a inexistência de atividade, questiono se as pessoas que decidiram extinguir os órgãos tinham poderes para extinguir a associação. -----

N.
Pedro
P.

Não estou a apresentar uma opinião concordante ou discordante com a extinção da Associação de Municípios do Vale do Côa, mas gostaria que fossem esclarecidas nesta Assembleia Municipal estas questões. -----

Obrigado. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Bernardo Silva. Prescinde? Sr. Vice-presidente. -----

-----O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira): Obrigado, Sr. Presidente. -----
Eu não sei o que é que o Sr. Deputado pretende. A extinção não foi criada por nós, foi pelos órgãos deliberativos da própria associação, com certeza, nós até inclusive pedimos um parecer ao Tribunal de Contas, que nos deu essa informação. Nós não temos que pedir nada, a própria extinção da associação deu-se pelos seus órgãos deliberativos, que se extinguiram. -----
Não tenho mais nada para informar. Isto é mesmo só para conhecimento. -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Vice-presidente. -----
Segunda ronda de inscrições, não sei se há inscritos. Pronto, era para tomada de conhecimento.-
No fundo, deve ter sido criada, na altura, pela Assembleia Municipal, agora veio à Assembleia Municipal a sua extinção. Mas, como foi dito, foi pelos seus órgãos próprios. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal tomou conhecimento da “*Extinção da referida Associação*”. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 8 — AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MT E BTE PARA 2023 – APROVAÇÃO DO PROTOCOLO QUE NOMEIA COMO MANDATÁRIO DO AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES A CIMDOURO. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado José Aires (PS).-----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Vice-presidente, faça favor. -----

-----O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira): Obrigado, Sr. Presidente.-----
Isto tem vindo, também à semelhança de anos anteriores. Isto é para mandatarmos a CIM como Agrupamento de Entidades Adjudicantes, para que, em termos de economia de escala, os

Municípios, as freguesias e as instituições do concelho, se possam candidatar, na possibilidade de haver aqui, como referi, em economia de escala, uma melhoria na negociação do preço da eletricidade, tanto para as Câmaras, como para as instituições do próprio concelho. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Vice-Presidente. -----

Estão abertas as inscrições para a primeira ronda sobre o Ponto n.º 8. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente aqui a esta questão que foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente, na ausência do Sr. Presidente – pelos motivos que nos referiu no final do Ponto n.º 3, quando abandonou a sessão – questionar: eu verifico, realmente, e concordo que uma economia de escala poderá potenciar uma baixa de custo, em momentos complicados que atravessamos, ao nível do sector energético, percebo que a CIM, que agrega vários Municípios, possa ser essa entidade canalizadora para fazer a negociação diretamente com os operadores de energia. -----

Agora, aqui o que eu questiono é porque eu verifico no despacho que este assunto não foi a reunião de Câmara, diz lá que será ratificado numa reunião posterior. E por norma, este tipo de situação tem que ser aprovada em reunião de Câmara, para baixar à Assembleia Municipal, o que me levanta, por si só, já aqui algumas dúvidas. -----

Depois, não percebo também a razão, porque o Sr. Presidente do Município é há cinco anos Vice-presidente do Conselho Intermunicipal, e, portanto, sabe perfeitamente que chegado a esta data, se realizam estes contratos, e só depois de a CIM tomar essa deliberação é que vai a reunião de Câmara, e não percebo a escolha da data para o dia 30 de novembro para 2022, quando a reunião poderia ser feita até ao dia 31 de dezembro de 2022, desta Assembleia Municipal. Ou seja, parece-me aqui uma clara falta de coordenação entre órgãos. Ainda por cima, traz aqui um assunto para nós ratificarmos, antes de sabermos se vai ser, ou não, aprovado em reunião de Câmara. -----

Nesse sentido, levanta-me aqui sérias dúvidas relativamente à legalidade e ao procedimento adotado, que é injustificável para uma pessoa que há tanto tempo é Presidente de Câmara, há nove anos que sabe como é que funcionam estes procedimentos, não se percebe. -----

E pretendo que o Sr. Vice-Presidente, que o está a representar, possa esclarecer e responder diretamente às questões. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Vice-Presidente. -----

7.6.
Pedre

Ch.

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Isto refere-se, realmente, a *timings* que nos são impostos pela CIMDouro. O Sr. Presidente teve conhecimento na reunião da CIMDouro da semana passada, e tinha que ser aprovado até ao dia de hoje, e já não havia tempo útil para podermos levar primeiro a reunião de Câmara e trazer depois à Assembleia Municipal. Esse foi o caso, porque para eles instruírem o processo, e tudo, leva o seu tempo, e não podíamos estar à espera até 31 de dezembro para poder fazer o concurso, ou para eles lançarem o concurso a nível das entidades adjudicantes. -----
É só e simplesmente isso, foram *timings* exigidos pela CIMDouro, porque eles precisavam de uma resposta até ao final do dia de hoje. O Sr. Presidente assumiu a responsabilidade para ratificação em reunião de Câmara, e trazer aqui à aprovação, evidentemente. A ratificação depende da deliberação que for aqui tomada hoje, evidentemente, seja uma ou seja outra. Atenção que a ratificação não é para aprovação ou desaprovação, é para ratificação do ato que se vai praticar depois, dimanado daqui deste órgão. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Vice-Presidente. -----
Segunda ronda de intervenções? Não há. Então, passamos à votação do Ponto n.º 8. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, com 25 votos a favor, 2 contra (dos deputados José Aires e Diogo Oliveira) e 1 abstenção (do deputado Luís Miguel Lopes), aprovar “o protocolo que nomeia como mandatário do Agrupamento de Entidades Adjudicantes a CIMDOURO”, e que aqui se dá como transcrito para todos os efeitos legais”. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** -----

-----**Declaração de Voto**-----

“Devido ao incumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – RJAL, em articulação com o artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo no que concerne à entrega da ordem do dia e da respetiva documentação, podendo vir a ser consideradas nulas e de nenhum efeito todas as deliberações tomadas, venho por este meio justificar o meu voto contra.” -----

Passarei a entregar na Mesa, para ser apensa à ata. -----
Antes de me retirar, aproveitar também só para desejar boas festas – uma vez que é a última sessão do ano – para todos os deputados, funcionários, membros presentes, e para todos os munícipes, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. -----
Também faço minhas as suas palavras, votos de boas festas para todos. -----
Mas, antes disso, vamos votar a minuta. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

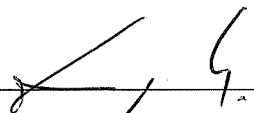
-----**O Presidente de Mesa:** Não há público. -----
Eu iria passar à leitura da minuta da ata. -----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Então, boas festas para todos, e um bom ano de 2023. -----

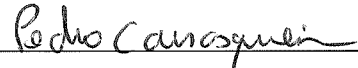
-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



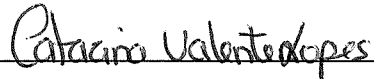
(Luís Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,



(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,



(Catarina Lopes)